



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 161

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2013

ANO II

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	2442
CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA	2442
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2442

TAQUIGRAFIA

ATA DA 16ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

Em 10 de outubro de 2013

“PARA DEBATER A REDUÇÃO DA MAIOR IDADE”.

Presidência dos Srs.
HERMÍNIO COELHO - Presidente
EPIFÂNIA BARBOSA - Deputada
RIBAMAR ARAÚJO - Deputado

LENILSON GUEDES - Mestre de Cerimônias

(Às 10 horas e 03 minutos é aberta a Sessão.)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, bom dia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Hermínio Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa, realiza Audiência Pública, objetivando discutir a redução da maioria penal.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Hermínio Coelho, Presidente da Assembleia; Excelentíssima Senhora Deputada Epifânia Barbosa; Sr. Juiz Marcelo Tramontini, Juiz de Direito do primeiro Juizado da

Infância e Juventude; Dr. Edvaldo Caires Lima, Subdefensor Público Geral do Estado, aqui representando o Defensor Público Geral, que vai ter que se ausentar. Então, neste momento, compõe a mesa o Subdefensor Edvaldo Caires Lima; Excelentíssima Senhora Ana Waleska Duarte, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Reverendíssimo Dom Moacyr Grechi, Bispo Emérito da Arquidiocese de Porto Velho; Senhor Jonas Minele, Coordenador Municipal de Políticas Públicas para a Juventude, aqui representando o Prefeito de Porto Velho; Senhora Eliete Cabral, Coordenadora Técnica do primeiro Juizado de Infância e Juventude de Porto Velho; Senhora Cristiane Barbosa, representando as juventudes organizadas.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de discutir a redução da maioria penal.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para, de pé, cantarmos o Hino *Céus de Rondônia*.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Cumprimento aqui a nossa Deputada Epifânia Barbosa; cumprimento também o nosso Deputado Ribamar Araújo, sempre presente em todos os debates desta Casa; o nosso Juiz de Direito, do Primeiro Juizado da Infância e Juventude, Dr. Marcelo Tramontini. Obrigado, Dr. Marcelo, pela presença. Cumprimento o Dr. Edvaldo Caires Lima, Subdefensor Público Geral do Estado, que está representando nosso Defensor Geral, que vai ter que sair daqui a pouco. Obrigado pela presença de vocês. Cumprimento a Sra. Ana Waleska Duarte, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; cumprimento o Bispo Emérito da Arquidiocese de Porto Velho, Dom Moacyr. Obrigado, Dom Moacyr, é um prazer tê-lo aqui

MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**
1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**
4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Chefe da Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

conosco. Seja bem-vindo à nossa Casa. Senhor Jonas Minele, Coordenador Municipal de Políticas Públicas para Juventude, representando o Prefeito de Porto Velho, Dr. Mauro Nazif. Obrigado, Jonas, pela presença. Senhora Eliete Cabral, Coordenadora Técnica do Primeiro Juizado da Infância e Juventude de Porto Velho. Obrigado, Eliete, pela presença. Senhora Cristiane Barbosa, representando as juventudes organizadas. Obrigado a todos pela presença; obrigado à imprensa; obrigado aos nossos trabalhadores da Casa.

Nós convidamos para esta Audiência o Senhor Alessandro Melchior, Presidente do Conselho Nacional da Juventude e Secretário de Direitos Humanos. Parece que ele estava em Recife, a Assembleia comprou a passagem para ele vir, aí, depois, falou que estava em São Paulo, compramos a passagem de São Paulo para ele vir e infelizmente não veio. Não sei o que foi que houve. Já estão falando até em boicote, que boicotaram para que esse senhor não estivesse aqui, que ia muito contribuir muito nesta Audiência.

Esta Audiência Pública foi um pedido, uma reivindicação aqui do Conselho Estadual para que nós chamássemos esta Audiência para discutir esse tema que é tão importante e polêmico e para nós é o maior prazer a Assembleia dar o espaço aqui para que todos nós aqui debatamos este assunto. É lógico que, depois, isso tudo vai terminar no Congresso Nacional e é importante que cada Estado tenha suas propostas, as suas ideias neste tema, para depois ajudar e os Deputados Federais e os Senadores, através dessas Audiências Públicas é que eles vão defender, pelo menos eu espero que eles defendam o que sair destas Audiências, o que é discutido nos Estados.

Eu sou até um pouco cético, porque nós que sempre convivemos com problemas básicos na nossa cidade e no Estado, e até por esse tema, ele é de interesse de todo mundo, mas o debate final é no Congresso Nacional, nós ficamos até um pouco longe dessa discussão, nós somos até um pouco leigos. Mas aqui é importante, porque tem as pessoas que foram convidadas, as principais, principalmente aqui de nosso Estado, estão aqui presentes, com certeza conhecem o assunto e vão fazer um debate muito produtivo.

Eu quero, só para dar início, tecer alguns comentários com relação ao que eu penso desta questão. Primeiro, eu acho que não é aumentando ou diminuindo a idade penal que nós vamos resolver alguma coisa. Essa questão, para resolver, para a situação começar a mudar, precisávamos fazer... Muitas vezes não precisávamos nem modificar ou fazer lei nenhuma. Só precisava que nós, principalmente os políticos brasileiros criássemos vergonha na cara. Porque nós sabemos, eu lembro que quando eu era moleque, eu vivia na roça, no sertão de Pernambuco, e naquele tempo ninguém sabia o que era isso e não tinha educação nenhuma. Na roça a gente não sabia nem o que era um professor. Mas tinha o respeito, tinha ética, tinha o amor e isso era a base de tudo. O problema é que hoje nós estamos invertendo, que hoje parece que o certo é o errado. E só fazendo discurso bonito não resolve nada, o que resolve é prática, se tivesse num país justo, que desse educação, que desse lazer, que desse cultura, que desse esporte, que desse oportunidade para os pais e para as crianças, com certeza nós não tínhamos esse problema que nós temos hoje. Hoje, as cadeias estão cheias de jovens de 18 anos para cima, essas

casas de apoio, que eles chamam de casa de apoio, estão cheias de jovens. E reduzir de 18 anos para 16 anos, o exemplo, que nem tem algumas pessoas que defendem isso, reduzir para 14 anos ou para 12 anos, uns falam em imitar os Estados Unidos, que é de 09 anos ou coisa parecida, não muda nada. Porque, hoje, os de 16 anos e 17 anos, os que estão acima de 18 anos usam os de 16 anos e 17 anos para cometer crimes. Se nós baixarmos para 16 anos, eles vão usar os de 14 anos ou de 15 anos para cometer os crimes. E os meninos de 16 e 17 anos vão se juntar nesses *ursos brancos* da vida, os *pandinhas* da vida, juntos com marginais de todo tipo, com certeza isso não vai resolver o problema, vai piorar muito mais. Por isso que eu acho a saída não é isso, é a mudança de comportamento, de respeito, de amor, de ética e, a partir do momento que os políticos brasileiros começarem a fazer isso, com certeza, é uma coisa natural, a maioria de nossos jovens vão ser médicos, engenheiros, advogados, professores, motoristas, taxistas, jornalistas, cientistas, enfim, porque muitos não são exatamente maus, praticam crimes porque não têm oportunidades. E aí chega um traficante e diz: - "Olha, leva essa droga ali, que eu te dou tanto". E o jovem, porque que não achou outro tipo de oportunidade, achou a oportunidade com um bandido e termina se envolvendo na vida do crime, aí o destino é o Santo Antônio da vida ou os presídios que estão aí.

Por isso nós sempre temos falado e, muitas vezes, as pessoas nos interpretam muito mal e falam que nós falamos muito pesado. Mas o problema é que não tem como a gente usar um palavreado diferente, porque todos nós sabemos, a sociedade toda desse Brasil sabe que a política nossa é errada, não só para a questão do adolescente, do jovem, é de um modo geral. Nós não temos uma política neste país, para dizer: não, a política deste país é decente. Para você ver, a política mais decente no Brasil é o Bolsa Família. Agora como, o Governo do Estado tem o tal do Bolsa Futura no valor de trinta reais por mês, que dignidade nós vamos dar para os nossos jovens, que educação, que futuro que nós vamos dar para os nossos meninos com a tal da Bolsa Futura de R\$30,00 reais por mês? A Bolsa Família é importante, mas nós não podendo viver a vida toda, Deputado Ribamar, de Bolsa Família. Nós nunca vamos ter uma sociedade educada, com dignidade, com esses tipos de bolsas. Talvez nós estejamos criando novas gerações preguiçosas, daquelas que quando têm uma vaquinha *Mococa* para tomar leite todo dia não querem mais nada com a vida. Temos que mudar muita coisa. É isso que eu tenho defendido e parece que as pessoas pensam que o errado sou eu: - Não, o Hermínio é isso, o Hermínio é aquilo... Poxa, se é tão fácil a gente mudar, porque essa vida, essa política que nós estamos fazendo hoje neste país, nesta cidade, neste Estado não é boa para ninguém, no final todos nós vamos perder.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhor Presidente, cumprimentados o Excelentíssimo Senhor Deputado Ribamar Araújo; também o Senhor Dr. Antônio Fontoura Coimbra, Defensor Público Geral do Estado, que vai se ausentar dentro de instantes. Cumprimentamos a Senhora Ângela Fortes, Conselheira Tutelar do 2º Conselho de Porto Velho; Senhor Francisco Matos de Azevedo, Centro de Defesa da Criança do Centro Social Maria dos Anjos, em Porto Velho; os

Conselheiros Tutelares do Segundo Conselho; senhora Clotilde Brito, Presidente da Associação Protetora dos Animais Amigos de Patas do Estado de Rondônia; Senhor Malvino Santos, Secretário Municipal de Assistência Social do Município de Castanheiras; Ereilson Vieira Pimentel, Presidente do Primeiro Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Porto Velho; Senhora Ana Maria Gonçalves, Presidente do Conselho da Criança e do Adolescente do Município de Castanheiras; Senhora Edelma Souza, representando a Secretaria de Assistência Social de Novo Horizonte; Renata Nunes, Diretora de Ação Social do Município de Rio Crespo; Elenir Alves, Presidente do Conselho Municipal da Criança e Adolescente; Senhor Germano Soares, Diretor Jurídico do Sindicato dos Técnicos Tributários; Senhor Antonio Silva, Coordenador Geral das Medidas Socioeducativas de Rondônia; Excelentíssimos Senhores Vereadores Elias Josias e Marquinhos do Cristal; Pe. Eduardo Fabiano, Pároco da Igreja Nossa Senhora do Amparo; Dr.^a Elda Luciana Melo, Presidente da Comissão da Mulher Advogada – OAB; Professor Antonio Saldanha Marques, Diretor da Escola Osvaldo Piana; Padre Jaime, Pároco da Paróquia São José Operário; Professora Soraia Mendes, Escola Maria do Carmo Ribeiro, da zona rural; membros do Conselho Estadual da Criança e Adolescente; Tribunal de Justiça de Rondônia; Senhor José Nunes Vieira, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos dos Adolescentes de Candeias do Jamari; Senhor Paulo Santana, Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Município de Espigão do Oeste; Senhora Maria Marluce e Silva, Secretária Municipal de Assistência Social de Colorado do Oeste; Senhora Dalva Tavares, representando o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, município de Cerejeiras; Ilustríssima Senhora Zilene Rabelo, Secretária Adjunta de Estado da Assistência Social; Senhor Samuel Costa, Presidente do Partido PTB do Jovem; Senhor David Silva, Vice-Presidente do Partido PT do B Jovem; Acadêmicos do Curso de Serviço Social da FIMCA; Senhora Marli Comunelo, Secretária Municipal de Educação de Pimenteiras; Senhor Luiz Carlos Clementino, Conselheiro Tutelar do Município de Cerejeiras; Senhora Jucélia Barbosa, representando o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente do Município de Santa Luzia; Acadêmicos de Direito da UNIRON; Acadêmicos do Curso de Filosofia da Universidade Católica de Porto Velho; Acadêmicos do Curso de Serviço Social do Município de Pimenteiras; Voluntários do Projeto Criar, do Estado, da Secretaria de Justiça; Bruno Eduardo, Presidente do PSB Jovem; representantes do Centro de Apoio da Infância e Juventude do Ministério Público Estadual; Acadêmicos do Curso de Direito da UNIRON; Maria Elisângela, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Senhor Presidente, antes da palestra e antes das falas, nós teremos aqui a apresentação de Capoeira pelos adolescentes socioeducandos do Centro de Internação.

(Apresentação de Capoeira)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Parabéns, portanto, pela participação dessa apresentação. Muito obrigado.

Sr. Nilton César, muito obrigado por sua presença, Presidente do PCN; Sra. Rose Silva, Presidente da Associação

de Conselheiros do Estado – ACTRON; Excelentíssimas Senhoras Vereadora Márcia Regina e Ida Fernandes, da Câmara Municipal de Ji-Paraná; Excelentíssimo Senhor Vereador José Irineu Cardoso, da Câmara Municipal de Pimenta Bueno. Registramos também a presença do Excelentíssimo Senhor Deputado Euclides Maciel.

Senhor Presidente, neste momento, com a palavra, com a permissão de Vossa Excelência, a Senhora Eliete Cabral, Coordenadora Técnica do 1º Juizado de Infância e Juventude de Porto Velho. E logo após termos a participação também dos componentes da Mesa, fazendo uso da palavra.

A SRA. ELIETE CABRAL – Bom dia a todos e a todas. Antes de qualquer formalidade, quero agradecer ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente o convite formulado para que eu me expressasse nesta manhã, antes do verdadeiro debate sobre a redução da maioridade.

Quero cumprimentar todas as autoridades presentes que compõem a Mesa e as que não compõem a Mesa neste momento; quero cumprimentar toda a plateia, dando aqui um destaque especial para todos os adolescentes e jovens e para todos os profissionais da socioeducação.

Vou deixar as questões mais formais para a Mesa daqui a pouco, mas gostaria de trazer à memória de todos nós alguns fatos, alguns dados da realidade, algumas informações, algumas reflexões que possam enriquecer este debate e a colocação e as posições em especial dos componentes da Mesa.

Quero dizer que, em 2011, o UNICEF fez um belo relatório, uma pesquisa sobre a realidade da adolescência brasileira. Muitos dos presentes têm conhecimento desse relatório, não só o conhecem, mas têm como referência quando se fala em adolescência e quando se busca discutir a redução da maioridade.

Eu tenho aqui um exemplar para a Presidência desta Casa, caso ainda não tenham, para ficar aí como referência.

Mas esse relatório do UNICEF, a apresentação desse relatório, o relatório como um todo é muito impressionante, mas a apresentação do relatório nos convida a uma reflexão para a possibilidade de um novo olhar sobre a adolescência brasileira, que desloca o discurso que só vê a adolescência como um problema para vê-la como uma oportunidade de desenvolvimento. Penso que a sociedade brasileira precisa sentar e discutir sobre a adolescência, sobre essa fase importante da vida, porque os posicionamentos que temos ouvido quanto a essa realidade da redução da maioridade expressam claramente muito desconhecimento sobre desenvolvimento humano, muito desconhecimento sobre esta fase muito importante da vida do ser humano, de um grupo de pessoas que não são crianças grandes, nem pequenos adultos, mas um grupo específico de cidadãos e cidadãs que vivenciam uma fase especial e que trazem no bojo desse processo de desenvolvimento muitas possibilidades, possibilidades essas que não estão sendo desenvolvidas na sua plenitude e, por isso, o UNICEF traz aqui um alerta para a sociedade brasileira, para o Estado brasileiro de que não teremos em nenhuma outra fase, considerando aí os estudos em relação à longevidade que já vivemos, graças a Deus, e outras situações que já conquistamos, são conquistas da humanidade, nunca mais, na história deste país, teremos uma

população de adolescentes igual à que temos hoje no número e no potencial. E não podemos desperdiçar este momento importante do desenvolvimento do nosso país.

Os estudos mais recentes sobre desenvolvimento cognitivo destacam a adolescência como uma das fases mais ricas da vida humana, repleta de possibilidades, de aprendizagem, de experimentação, de inovação. Uma etapa da vida que precisa ser vivida de forma saudável, estimulante, porém protegida em relação aos direitos assegurados na Convenção sobre os direitos da criança e, no Brasil, assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente. O último capítulo desse relatório, quem não o conhece pode buscar na internet que você vai encontrá-lo, o último capítulo traz uma chamada para a ação, traz uma convocatória para os adolescentes, para os pais, para as autoridades, para os gestores, para a sociedade em geral, uma convocatória voltada para a realização do direito de ser adolescente.

Temos desenvolvido no nosso país e na nossa sociedade uma cultura tão perversa que tem tirado o direito de ser adolescente de uma camada muito grande da população brasileira. Então, essa convocatória, ela é uma chamada, mas com um ponto, nós devemos considerar que é preciso reconhecer a adolescência como um grupo especial que forma toda sociedade brasileira, são 21, eram em 2011, 21 milhões de adolescentes que representam para o país um quadro muito singular de energia, é uma fase bela e de possibilidades.

Mas para realizar essas possibilidades deve-se reconhecer que um conjunto de vulnerabilidades presentes na sociedade brasileira afeta de maneira mais grave a adolescência. Nós precisamos reconhecer isso. Quais são essas vulnerabilidades? Eu vou citar apenas umas poucas. Primeiro, o preconceito e a discriminação. A adolescência vem do verbo latino *adolescere*, que significa crescer até a maturidade. Mas quando nós citamos a adolescência, quando nós perguntamos para as pessoas o que pensam sobre adolescência, os conceitos e os sinônimos que temos dado para adolescente, para a adolescência, já por si só tem impedido o desenvolvimento pleno desses meninos e meninas. Nós atribuímos sinônimos como: adolescência é contestação, é intolerância, é agitação, é turbulência, é rebeldia, é '*aborrescência*'. '*Aborrescência*', como diz a Dra. Marluce Coelho Jorge, psicóloga aqui presente, '*aborrescência*' vem de aborrecer, e aquilo que eu aborreço, a minha tendência é me afastar disso, é não querer me relacionar com isso.

Então, à medida que nós formos, enquanto sociedade, construindo esses sinônimos para a adolescência, nós fomos também contribuindo para perdemos essa concepção de adolescência enquanto fase especial e de grande potencial da vida desse grupo imenso de brasileiros e de brasileiras. Todos esses sinônimos que foram atribuídos à adolescência são resultados do movimento natural de emancipação que vive essa fase da vida. É o resultado da construção da sua identidade que se dá nesse processo e as oscilações e o resultado também do conflito inerente e presente a esse processo de desenvolvimento da vida. Sabe-se que a família e que a sociedade influenciam e determinam grande parte da conduta dos adolescentes. E, por vezes, uma conduta dita, considerada antissocial, nada mais é do que um pedido de socorro dos adolescentes requerendo o controle de suas vidas, mas um

controle de pessoas fortes, amorosas, de pessoas confiantes. Não controle pelo controle para mantê-los quietinhos, calados, submissos, não é esse controle que eles pedem, pode significar também a atitude ou o comportamento considerado antissocial, pode significar a reprodução de condutas presentes na sociedade e aceitas pela sociedade quando essa conduta é de um adulto. Pode sinalizar também a ausência de políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento desses meninos e meninas.

Quando nós vemos a ausência de espaço e de lazer, a ausência de uma escola acolhedora, inclusiva, não vamos entrar aqui no mérito das políticas públicas porque todos conhecemos a situação da nossa educação, todos conhecemos a situação da saúde deste Estado e todos sabemos a situação em que se encontram as atividades de esporte, cultura e lazer destinadas às crianças e adolescentes e aos adultos também. Tivemos um belo exemplo aqui, uma ação isolada de uma associação. Quais são as possibilidades e as oportunidades que nossas crianças e jovens estão tendo para se desenvolverem plenamente através de atividades de esporte, cultura e lazer? É só uma pergunta, porque a minha fala é provocativa. Por entender que a fase da adolescência pressupõe a construção de uma identidade, não se pode descartar a influência positiva ou negativa da sociedade na qual o jovem está inserido. E que valores políticos, éticos, morais estão nessa sociedade? Que valores a sociedade tem passado aos nossos jovens, às nossas crianças e adolescentes? Temos refletido sobre a violência midiática presente na sociedade? Quantos de nós têm tido a coragem de sentar e de discutir e de refletir o índice e o nível de violência praticada pela própria mídia, que também destaca os fatos violentos cometidos por adolescentes e crianças? Poucos de nós têm tido a coragem suficiente para sentar junto com os profissionais da mídia para refletir sobre essa questão. Como que o adulto de quem se espera maturidade, responsabilidade, senso de justiça, estabilidade, como esses adultos têm se apresentado hoje, como figuras de referência para as crianças e adolescentes? Essas referências são positivas ou negativas? Qual a contribuição que nós, adultos, que as instituições, que os políticos, que as autoridades e que as famílias têm dado para o desenvolvimento harmônico e saudável das crianças e adolescentes? Precisamos ter coragem para fazer essas reflexões antes de sentarmos para discutir rebaixamento da maioridade, porque sabemos que tanto a família como a sociedade define as ações a serem desenvolvidas por esses adolescentes.

Além do preconceito, da discriminação, da ausência de referenciais positivos para crianças e adolescentes, nós temos as desigualdades sociais presentes na nossa sociedade. Faz diferença hoje para o desenvolvimento das possibilidades desses 21 milhões de adolescentes brasileiros ser branco ou ser negro, ser menino ou menina, residir numa comunidade indígena ou numa comunidade de um grande centro urbano ou residir num bairro de classe média alta, faz toda diferença no desenvolvimento dessas potencialidades. Faz diferença a escolaridade, quem são os adolescentes, em Porto Velho, que se envolvem com a prática do ato infracional, você conhece, sabe o perfil desses jovens, desses meninos e meninas?

Nós temos aqui um relatório, anualmente nós fazemos com o perfil, quem são os meninos que estão se envolvendo

em encrenca? Quem são eles? Os dados são muito tristes, sobre escolaridade, profissionalização, possibilidade de emprego, organização familiar, convivência familiar e comunitária. Vamos pensar um pouco mais. Exploração no trabalho, privação da convivência familiar, homicídios, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, abuso e exploração sexual, uso abusivo de drogas, todos esses fatos afetam o desenvolvimento saudável. São as vulnerabilidades presentes na nossa sociedade e que nós precisamos enfrentá-las.

Eu confesso que me sinto até constrangida de estar discutindo ou de entrar numa discussão de rebaixamento da maioria sem antes sentar para discutir estratégias para que as políticas públicas funcionem. Eu me sinto constrangida. Como adulta eu sou capaz de reconhecer a minha responsabilidade nesse processo também, e como profissional. E penso que isso é muito importante que façamos. Queremos hoje responsabilizar muito mais, de uma forma dura, o adolescente que se envolve com a prática de ato infracional, como se não existisse uma legislação que já os responsabiliza. Por mais que alguns discursos digam ao contrário, nós temos uma lei, Estatuto da Criança e do Adolescente, que não veio para passar a mão na cabecinha de adolescente, como algumas pessoas dizem. Isso é mentira, é desconhecimento da lei. A lei prevê com clareza a responsabilização do adolescente. Define medidas socioeducativas que vão desde uma advertência, aquele puxão de orelha que a autoridade dá, porque a família já está perdendo a autoridade com o menino e muitas vezes isso tem uma eficácia pedagógica excelente, até a privação de liberdade, que passam apenas três anos. Eu sei que muitas pessoas vão falar sobre essa questão do número de anos, o que está no Estatuto não foi colocado de qualquer jeito, por leigos, por pessoas desinformadas. Grupos de profissionais, de militantes da sociedade civil, de profissionais do Judiciário, da Assistência Social, Ministério Público, muitos profissionais sentaram-se e debruçaram-se sobre como definir, como garantir plenamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Primeiro traduzindo em direitos tudo aquilo que é necessidade fundamental do ser humano. Saúde é uma necessidade fundamental, educação é necessidade fundamental, convivência familiar e comunitária também, esporte, cultura e lazer, então, tudo isso que são necessidades do ser humano a Lei transformou em direito. Então, ninguém inventou direito nenhum, não. Agora, sempre levando em conta todos os conhecimentos científicos acumulados ao longo da história da humanidade, que nos indicam, que nos dão diretrizes, que nos mostram como se dá o desenvolvimento humano em cada fase da vida.

Não foi por acaso que os três anos de internação foram colocados lá. Houve um estudo e uma pesquisa. Não sei quantos aqui participaram desse processo, eu participei, faz tempo, 23 anos de Estatuto. Antes do Estatuto, por que três anos? Foi feito uma pesquisa em nível nacional com os adultos, qual era a média de tempo que um adulto ficava privado da liberdade, mesmo tendo cometido o crime mais hediondo e pegando aquela quantidade enorme de anos que, às vezes, eles recebem por terem cometido. E o estudo indicou que a média que um adulto fica privado da liberdade, a média, nem é o mais nem o menos, a média é de 16 anos. Dezesesseis anos na vida de um adulto têm um significado, três anos na vida de um adolescente é quase a metade da adolescência, tem outro

significado. Foi com base em estudos que foram definidos os três anos.

Hoje é toda uma discussão em relação a isso e nós sabemos o porquê. Quem atua na socioeducação sabe por que existe esta discussão, porque o Estado brasileiro, em todos os níveis, não foi capaz de executar as medidas socioeducativas conforme estão previstas no Estatuto. Com muitas exceções, mas de uma forma geral, trazendo para o nosso Estado de Rondônia, nós não demos conta até hoje de executar as medidas socioeducativas. Então, como nós falhamos, como o Estado falhou, como as autoridades não colocaram como prioridade a criança e o adolescente, ainda, neste Estado, nós queremos atribuir aos próprios adolescentes a responsabilidade por essa falha.

Nós temos alguns dados para trazer para os senhores, só para relembrar. Em março de 2010, nós estivemos no Ministério Público Estadual, num evento como este, numa Audiência Pública para discutir medidas socioeducativas. Está aqui o resultado. O resultado daquela Audiência Pública em que estávamos muitos de nós aqui presentes, na Audiência. Nessa Audiência também estava o representante desta Casa e muitos questionamentos foram feitos e um deles está escrito aqui, está escrito no Relatório, foi em relação à situação do órgão executor das medidas socioeducativas. Eu quero dizer para vocês que o Estado de Rondônia, as medidas socioeducativas sempre foram um apêndice, apenas isso, das Secretarias. Nunca tivemos um órgão específico para tratar da socioeducação, apesar de ser matéria de discussão dos Conselhos há muitos anos, desde 2000 que os Conselhos discutem isso.

Em 2002, teve uma proposta de Plano Estadual onde já indicávamos a necessidade de um órgão específico para trabalhar socioeducação, um instituto, uma fundação vinculada a uma Secretaria, tudo bem, mas com autonomia administrativa, com pessoal. Isso nunca ocorreu. O apêndice continuou, na FASER, na SEJUS... Nunca um órgão específico para essa área. Isso foi questionado para o representante na Assembleia, naquele momento, e a resposta dele foi: - "O Governo do Estado é contra isso. Então, nós não podemos fazer nada". Tudo bem, nós não podemos obrigar o Estado a fazer muita coisa, mas esta Casa pode definir muita coisa sim. E aí ele disse mais: - "Está registrado aqui e quando mudar o governo nós vamos propor ao próximo governo isso". Aqui está escrito, eu não estou mentindo, não, eu estou com o Relatório oficial aqui. Isso significa que não se deu em nenhum dos âmbitos, nem no âmbito do Legislativo nem do Executivo e nem em alguns aspectos do Judiciário a prioridade absoluta para a criança e o adolescente.

Você sabe o que está ocorrendo hoje? Nenhuma informação oficial, mas a reforma administrativa está ocorrendo no Estado. Isso nós não sabemos quais os aspectos da administração serão alterados, ficamos sabendo pelo que sai na mídia, um ou outro diz, mas já sabemos que até aquele apêndice da Secretaria de Justiça, que é uma Coordenadoria da Infância e da Juventude, com profissionais muito bons, mas sem autonomia financeira, sem condições de trabalho, nós sabemos que até a Coordenadoria vai deixar de existir. A reforma administrativa está propondo uma Coordenadoria única na SEJUS, tanto para o sistema penitenciário como para

o sistema socioeducativo. Digam-me uma coisa: vocês acham que vai sair alguma coisa de socioeducação? Não vai. Nós estamos brincando de fazer socioeducação. Gastando e investindo dinheiro de forma equivocada. Eu não estou com os dados aqui, mas todos sabem que o Estado tem tido dificuldade de gastar até o dinheiro que o Governo Federal repassa. Assim como os municípios, em especial o município de Porto Velho, o dinheiro da Assistência Social para as medidas socioeducativas está na conta desde janeiro, ou quase. Por que não estamos discutindo isso? Como, enquanto sociedade, enquanto Estado, enquanto autoridades, vamos traçar estratégias para que a coisa aconteça?

Eu não tiro o mérito deste momento. Ele é necessário, mas eu não gostaria de estar discutindo o rebaixamento da idade. Eu gostaria de estar sentada lá nos Conselhos discutindo estratégias para fazer a máquina funcionar, porque nós estamos brincando com coisa séria. Aí, além do Estatuto, nós temos hoje a Lei do SINASE, muito boa, é como se fosse a Lei de Execução das Medidas Socioeducativas, que muita gente estava também fazendo algumas besteiras por aí. Veio a Lei de Execução das Medidas Socioeducativas, agora a Lei diz lá claramente, tem um artigo, que eu esqueço o número, mas a maioria conhece, que diz que todo aquele que contribuir de alguma forma para que o processo socioeducativo não ocorra, pode ser enquadrado na Lei de Improbidade Administrativa. Isso vale para todos, até para o profissional, aquele que abre e fecha o portão lá da unidade. Se nós estivermos contribuindo para que não ocorra o processo, nós podemos ser responsabilizados. Eu não quero ser, eu quero participar da discussão e da estratégia para que nós venhamos a superar todas essas dificuldades. A medida de internação está precaríssima no Estado todo, a semiliberdade, que eu julgo uma medida muito importante, vinte e três anos depois do Estatuto, não foi implementada no Estado. Nós não temos uma Unidade de semiliberdade, o que é uma vergonha. As medidas em meio aberto, que foram transferidas, que foram municipalizadas, estão caóticas. Eu digo caóticas porque eu tenho visitado outras Comarcas, e não só Porto Velho. Os profissionais andam de pires na mão, de escola em escola, pedindo uma vaguinha, pelo amor de Deus. Lá no posto de saúde, uma vaguinha, quando a própria lei diz, e a lei é de 2006, faz algum tempo que o Estado e município deveriam ter criado aquilo que a lei chama de Colegiados Gestores para trabalhar intersetorialidade entre as políticas públicas da socioeducação.

Qual é o Colegiado Gestor que está funcionando? E quando se reúne, quem diz que é o titular da pasta que está lá? Manda o substituto do substituto do substituto sem poder de decisão e sem conhecer nada de socioeducação. Além do mais, o crime maior, a lei diz que não se pode colocar uma pessoa, um servidor, um funcionário para trabalhar socioeducação sem que ele tenha sido preparado antes. Capacitação nessa área é quase zero, os profissionais estão, muitos, perdidos. De boa vontade, minha gente, esse ditado popular é triste, é ridículo, tem um determinado lugar que diz que está cheio. Então, só boa vontade não resolve, temos que desenvolver competência técnica para trabalhar a socioeducação antes, antes de discutirmos redução. Ah, mas as medidas não dão certo, não estão resolvendo. Estão sendo

cumpridas? Quem é o responsável? Estamos buscando a responsabilidade de todos? Temos um desafio enorme na nossa frente e o grande desafio é desenvolvermos competência política, técnica, administrativa e financeira para trabalharmos socioeducação. Se fizermos isso e a situação continuar do mesmo jeito, com a reincidência no Estado de Rondônia, a mais elevada do Brasil, o índice de envolvimento de adolescentes aumentando cada dia mais, aí sim nós poderemos dizer: – “Bem, nós fizemos tudo, nós somos competentes, desenvolvemos, executamos as medidas da forma mais adequada possível e essas medidas não resolvem”. Porque onde elas são aplicadas corretamente elas estão dando resultado. Nós temos aqui exemplos de pessoas que foram adolescentes e se meteram em encrencas e conseguiram superar e conseguiram sair. Se envolver na encrenca é quase próprio de adolescentes, o adolescente sair da encrenca é responsabilidade de todos nós adultos que já temos que ter maturidade suficiente para isso.

A minha fala foi unicamente de provocação. Tenho os relatórios aqui para os senhores, para quem desejar e nos colocamos à disposição para outras reflexões que se fizerem necessárias para discutir e para continuar, e vamos continuar, pelo Estado, refletindo sobre vários aspectos da socioeducação, porque entendemos que quem conhece defende. Eu represento todos aqueles profissionais da socioeducação que se posicionam extremamente contrários ao rebaixamento da maioridade penal. Obrigada.

(Às 11 horas e 02 minutos o senhor Hermínio Coelho passa a presidência à senhora Epifânia Barbosa)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhora Deputada Epifânia, que agora preside esta Audiência, registramos a presença do Sr. Rômulo Vongola, Presidente Estadual do Partido Social Cristão da Juventude. E já convidamos para compor a mesa o Senhor Coronel PM Paulo César de Figueiredo, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia. E, antes das próximas falas, senhora Deputada, foi assinado, agora há pouco aqui, pelo Presidente da Assembleia, Deputado Hermínio e o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia, Coronel Paulo César de Figueiredo, juntamente com o Sr. Renê André Valente Lobo, Diretor da Escola do Legislativo, um protocolo de intenções que entre si celebram a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a Polícia Militar do Estado de Rondônia e a Escola do Legislativo, visando a execução das atividades preventivas sobre drogas, desenvolvidas através do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, junto às escolas da rede pública e privadas do Estado de Rondônia. Tem várias cláusulas e o PROERD será executado mediante atuação de um educador social da Polícia Militar do Estado de Rondônia junto às escolas públicas. O PROERD tem suas atividades preventivas sobre drogas desenvolvidas através deste programa, junto às escolas da rede pública de ensino estadual e municipal e privada para séries iniciais do ensino fundamental do 1º ao 4º ano, currículo do 5º ano, currículo do 7º ano e curso do PROERD comunitário destinado aos pais e à comunidade em geral, de acordo com as cláusulas seguintes, que não vamos lê-las aqui porque o foco principal é a Audiência Pública. E dizer também que no

município de Presidente Médici já temos lá o PROERD infantil, as crianças já estão aprendendo a resistir e também fugir das drogas.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Nós agradecemos aqui à Sra. Eliete Cabral que deu início aqui aos nossos trabalhos, uma palestra muito bem conduzida, uma análise muito bem feita, nos dá todo um referencial para a continuidade. E eu queria dizer que a Audiência Pública, uma das finalidades da Audiência Pública, após o debate, após ouvir as pessoas, é nós registrarmos aquilo que for essencial e encaminhar às instituições que têm intervenção devida para mudar o quadro apontado aqui.

Então, entre tantas questões que foram levantadas aqui pela nossa técnica do Juizado, uma das questões que foram colocadas é a extinção da Coordenadoria. Então, isso é algo que nós podemos apontar aqui no relatório e encaminhar ao governo para que antes da sanção, porque esse projeto foi votado quinta-feira passada, na Sessão Itinerante, em Pimenta Bueno, mas que esse ponto possa ser refletido e retirado antes da sanção. Então, são algumas coisas que nós podemos ponderar aqui, dentre tantas questões que possam ser pontuadas. Ela já citou algumas, eu estou só especificando esse exemplo.

E, dando continuidade agora a nossa Audiência, eu convido para usar a tribuna a Sra. Cristiane Barbosa, representando as Juventudes Organizadas.

(Às 11 horas e 07 minutos a senhora Epifânia Barbosa passa a presidência ao senhor Hermínio Coelho)

A SRA. CRISTIANE BARBOSA – Bom dia a todos e a todas. Bom dia a todos os jovens aqui presentes hoje. Bom dia Presidente desta Casa, Deputado Hermínio, e, em seu nome, cumprimento todos os presentes, todas autoridades, Deputada Epifânia, Deputado Ribamar, Deputado Euclides.

E eu queria aqui hoje fazer uma fala simples, representando uma classe que talvez seja uma das mais comentadas nos últimos meses no nosso Brasil, que é a juventude. Eu sei que tudo que eu disser aqui não é o suficiente para expressar o que almeja a juventude de hoje no nosso Estado de Rondônia, mas nós não poderíamos ficar ausentes desse debate. Então, eu agradeço a Waleska pelo entendimento e pelo espaço cedido para que nós pudéssemos também falar, não só o que pensamos sobre a redução da idade penal, que eu acredito e peço que todos os jovens que estão aqui hoje, representando seus partidos, seus movimentos, que se exponham, que digam o que pensam, porque é muito importante para o nosso Brasil a opinião dos jovens de Rondônia.

Mas quero aqui hoje, Deputada Epifânia, Deputado Ribamar, que também está aqui presente, dizer que esta Assembleia nunca foi imersa no assunto relacionado à criança, adolescente e a juventude. Lembro aqui, o Deputado Ribamar estava presente na Audiência Pública, pelas fotos não nos deixam esquecer, em 2009, 2010, onde discutimos políticas públicas para a juventude, estava presente nessa audiência pública, hoje ausente, o Alessandro Melchior, que é o Presidente do Conselho Nacional de Juventude, mas naquela Audiência estava presente o Presidente Nacional do Conselho de Juventude que era o Danilo

Moreira, estava presente também o Governador do Estado, na época era o Ivo Cassol e hoje Senador e diversos Deputados desta Casa, onde pactuamos diversos pontos relacionados à política de juventude.

Então, a redução da maioria penal hoje não resolve a situação do adolescente e do jovem brasileiro, ela apenas responde a uma omissão do Estado, o Estado foi omissivo durante a vida toda daquele adolescente, agora quer puni-lo? E, na parte de juventude, Deputado Ribamar, Deputado Euclides, Deputados presentes, nós só queremos pedir um ponto: tem uma lei que foi tramitada nesta Assembleia, vocês recordam muito bem, que é a lei do nosso Estatuto da Juventude do Estado de Rondônia, essa lei foi aprovada depois de diversas discussões com várias juventudes organizadas. Essa lei foi encaminhada ao Executivo, o Executivo regulamentou essa lei e ficou, na época, era fim de mandato, para o próximo governo compor esse conselho, convocar as juventudes organizadas para ver de que forma iriam compor esse Conselho de Juventude. Isso tem quase três anos já, e por aí parou essa movimentação. Eu acredito que talvez, não por falta de desejo, de vontade dos jovens responsáveis, mas sim por falta de espaço.

Então, nós clamamos de novo aqui, Presidente, o espaço para a juventude rondoniense discutir esse Conselho e compor, porque hoje o Brasil aprovou o Estatuto Nacional da Juventude, se criou o Fundo Nacional da Juventude. Inaugurou este ano, eu tive a oportunidade de estar em Brasília, dois programas essenciais e brilhantes, que é a Estação Viva, Programa Juventude Viva e Estação da Juventude pelo Fundo Nacional da Juventude, onde já é uma manobra do Estatuto da Juventude Nacional. E Rondônia não pode participar porque um dos critérios fundamentais é ter o seu Estatuto da Juventude e ter o seu órgão de Juventude.

Entendemos o custo que é criar um Órgão Estadual de Juventude, mas dê espaço aos órgãos existentes como da criança e adolescente, nós também temos na SEAS um espaço pequeno ali, que é o núcleo de políticas públicas para a juventude que foi criado por orientação da Assembleia, na época estava mudando de FASER para SEAS e fizemos esse acordo aqui no seminário na Assembleia de se criar esse espaço até que tenha recurso para poder se criar um órgão gestor de grande porte. E criou-se espaço, aproveitamos esse espaço da maneira que nos foi dado, mas hoje não vimos mais esse espaço tão destacado e sem ações. Então, eu vim aqui apenas pedir isso, que eu tenho certeza que é o que todo jovem quer, nós não queremos barulho, nós não queremos vandalismo. Nós fomos às ruas, não acordamos agora também, a gente nunca dormiu, ganhamos massa, sim, este ano, mas nós temos muito a dizer, muito a falar e não é apenas reduzindo a maioria penal que vai resolver o problema hoje da violência no Brasil, da falta de educação, da falta de saúde, educação e cultura. E a situação de Rondônia hoje é crítica e com grandes índices, que envergonham a nós, jovens brasileiros. Obrigada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, a você. O Deputado Euclides vai ter que sair, eu vou passar a palavra por cinco minutos no máximo, Deputado Euclides.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Eu quero registrar, Senhor Presidente, enquanto não inicia a fala do Deputado Euclides, a presença da Senhora Maria Mendonça, que representa o Senador Acir Gurgacz.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Como eu tenho um programa de televisão agora, ao meio-dia, então pedi para antecipar. Já saudando, na pessoa do nosso Arcebispo, a todos da Mesa, e eu estava ouvindo a senhora Eliete Cabral falar, a senhora esqueceu ainda de uma coisa, os Conselhos Tutelares estão abandonados, os Conselhos Tutelares estão abandonados. Eu pensei que era só o de Ji-Paraná, a Márcia e a Ida, que são Vereadoras de lá, o de Porto Velho, o 1º e 2º Conselho Tutelar, há sessenta dias não têm telefone para atender a comunidade, há sessenta dias não têm telefone. E ainda tem dois carros, um tem que empurrar e o outro não tem motor, os dois carros do Conselho são uma vergonha. E é vergonha para nós políticos, todos, cabe a todos nós isso, cabe a todos nós e não vocês do Conselho Tutelar.

Mas só dizendo, Presidente, que domingo agora saiu uma matéria, duas páginas sobre este assunto, em que eu fiz, apanhei tanto da mídia porque disseram que eu não sou favorável à redução da maioridade, para passar maior. Agora, eu cito que reduzir a idade penal para dezesseis anos não é tão simples como o Senado está discutindo lá, mesmo quando apontam as pesquisa de 80% do povo brasileiro a favor da redução. Eu cito porque antes devíamos analisar o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Sabe-se também que quase 70% dos presos maiores de 18 anos, depois de cumprirem a sua pena privativa de liberdade, voltam a cometer os mesmos crimes ou outro maior ainda. Ai eu pergunto: será que ali nos presídios é o lugar certo para menores de 16 anos? De 18 anos? Se não estão dando atendimento nem aos maiores, que escolas que nós teremos para esses jovens? O que se quer, sim, é que o infrator não volte a repetir o erro, cumpra a medida socioeducativa e siga a sua vida como pessoa de bem.

Por outro lado, para que se cumpra o Estatuto da Criança e do Adolescente, não punir e sim reeducar, o Estado terá que oferecer ampla estrutura de acompanhamento, por exemplo, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, professores, monitores, entre outros profissionais especializados, e, ainda mais, no período de internação, o infrator deve estudar, os seus documentos pessoais devem ser regularizados, deve haver cursos profissionalizantes e seguir rígida rotina de horário e conduta. Ai o repórter me perguntou: o senhor é contra a redução da maioridade penal por quê? Eu posso até um dia ser a favor, mas antes de pensar em reduzir, temos que fazer uma grande avaliação das razões e do porquê esses jovens estão indo por tantos caminhos ilícitos. Fazer outra pergunta para todos nós: O que fizemos para melhorar a ampliação das escolas públicas de tempo integral? O que estamos propondo às crianças e aos adolescentes como implantação das áreas de lazer sem drogas, como a melhoria nas bibliotecas, como programas comunitários saudáveis? Enfim, o que estamos fazendo para tirar a criança e o adolescente para melhorar o convívio do meio familiar? Para fechar, em Ji-Paraná, eu fui descobrir porque os dois meninos que têm mais crimes na vida estão no Centro para reeducar; dois, um de dezesseis e um de quatorze. O de quatorze anos tem quatro homicídios,

são bandidos chamados de tudo que chamam, mas nunca foi perguntado de onde vêm esses meninos, chamaram a mãe e o pai de irresponsáveis. Coitadinhos, nem pai têm, que o pai foi morto numa troca de tiros. Sabem o que aconteceu? Criados pela mãe que sai seis horas para trabalhar e volta seis horas da tarde, que culpa tem essa coitada dessa mãe? Antes de xingar, passe a conhecer a família e o problema que o menino tem lá.

E para fechar, essa sim, Presidente, essa eu gostaria de convidar a todos, sábado, em Ji-Paraná, o Padre Fábio de Melo estará lá, e eu quero fazer um convite que todos que possam ir prestigiar no Parque de Exposição. Um jovem, prestem atenção nisso aqui, um jovem de 15 anos estava no ônibus quando Deus tocou o coração dele, Deus pediu que ele levantasse e falasse a todos da volta de Jesus. O jovem levantou e gritou. Um homem atrás, com filho no colo, gritou: “Cala boca, doido!” Ele, envergonhado, sentou, mas levantou de novo e disse as mesmas palavras, pois Jesus estava usando aquele jovem. O homem ameaça bater nesse jovem e ele se cala. Deus continuava tocá-lo, ele levanta e grita: Jesus está voltando! O homem com seu filho no colo levanta e vai para agredir, quando o filho no seu colo diz: - “Pai, não bata nele, ele é enviado de Deus”. O homem começa a chorar porque seu filho era mudo e nesse dia entendemos que Deus só precisa de um que se levante.

Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Euclides. Convido para fazer uso da palavra o Coordenador Municipal de Políticas Públicas para Juventude, representando o Prefeito de Porto Velho, Dr. Mauro. Com a palavra Jonas Minele

O SR. JONAS MINELE – Bom dia a todos. Em nome do Prefeito Mauro Nazif quero cumprimentar aqui a Mesa; cumprimentar o Presidente da Assembleia Legislativa, o Senhor Deputado Hermínio Coelho; cumprimentar a Deputada Epifânia; Deputado Ribamar Araújo e em nome da Senhora Cabral cumprimentar todos da Mesa.

Quero ressaltar aqui que os que estão um pouco entristecidos pelo fato de o Alessandro Belchior não ter vindo, nosso representante nacional da juventude que estaria aqui com a gente, infelizmente não pôde estar, não sabemos ao certo o motivo, mas com certeza faz falta aqui. Cumprimentar também esse público que está aqui hoje, cumprimentar todos os jovens que estão aqui, cumprimentar, em nome do meu amigo, em nome do meu amigo Djalma, todo mundo que está aqui presente.

Segundo as pesquisas, se houvesse hoje um plebiscito sobre a redução da maioridade penal, hoje com certeza seria aprovada a redução da maioridade penal. Mas a culpa não é da população, a culpa é porque eles agem pela emoção e essa emoção que chega até eles são os meios de informações que chegam até eles e impulsionam que eles ajam desta forma, ajam por impulso, ajam com raiva e isso nos prejudica, isso acaba trazendo um clamor na população contrário. Nós não podemos, enquanto poder público, nós não podemos agir desta forma, nós temos que pensar, nós temos que agir com dados, temos que ser imparciais, agir com pesquisas em cima de

levantamentos e essas pesquisas mostram que a culpa não é dos jovens, é a Lei, é o sistema que não funciona. Por exemplo, a gente tem, a gente tem o ECA, que a nossa Conselheira Ângela Fortes, eu costumo sempre chamá-la de mãe do ECA. Mas a gente tem o ECA que ele faz com que os jovens sofram punições e aí não se cumpre o ECA, o Estado, ele é omissivo em certas partes no ECA, também não é culpa, também por falta de uma estrutura, por falta de algum apoio, não é culpa inteiramente do Estado, mas a gente não cumpre o ECA, o ECA em certos casos ele tem punições até mesmo mais severas do que o próprio Código Penal.

Então, nós temos o ECA, se fizesse cumprir o ECA, com certeza diminuiria esse índice dos jovens, de violência entre os jovens. Quando a gente fala em diminuir a maioridade penal, a gente pergunta dos jovens, a gente pergunta dos jovens e eles mesmos, alguns deles falam: “Ah, eu sou a favor que diminua.” Mas quando a gente mostra os dados concretos, os dados reais, eles acabam que não, na verdade. Então, quando a gente passa a perguntar para eles e eles que não têm o conhecimento da situação do que eles estão falando, eles acabam depois caindo em si e vendo que não, que aquilo ali não é para eles. E o que a gente tem feito? A gente tem feito nas escolas públicas, nas escolas particulares, nas unidades de ressocialização pesquisas, levantamentos, debates com eles para saber o que eles pensam e dentre eles, os jovens, os que são a favor são os que não têm acesso à informação.

Então, a gente sugere, que está em tramitação no Congresso também, senhores Deputados, que nos apoiem num Projeto de Lei que a gente está formulando para que tenham acesso às informações corretas para que as escolas de ensino médio e fundamental estudem a Constituição, do artigo 1º ao 5º, para que eles tenham essas informações corretas, que eles tenham informações, que eles tenham conhecimento sobre o ECA, que isso, sim, eles vão ter outro conhecimento, outra visão do que realmente é política para juventude. A gente também, nós também devemos aqui, enquanto Executivo Municipal, temos uma minuta do Conselho, do Conselho Municipal da Juventude. Precisamos debater, precisamos discutir amplamente com a população, amplamente com a população, amplamente com os jovens todos para que a gente não deixe de fora nenhum segmento, nenhuma entidade de representatividade dos líderes juvenis, nenhum segmento dos indígenas, nem o segmento da entidade rural, nem o segmento dos estudantes. Então, a gente precisa abrir esse debate maior. Estamos com esse projeto. Esse projeto também já está tramitando. A gente, a Cris Barbosa, nós fomos a Brasília, hoje a gente participa do Fórum Nacional de Gestores Municipais de Políticas Públicas para Juventude, onde a gente vai debater lá, onde a gente agora debate sobre o Fundo, sobre o Fundo da Juventude, sobre o Conselho da Juventude em nível nacional, o quanto de repasse a gente vai poder estar trazendo para nossa região, para o nosso município. E enquanto poder público, infelizmente, sou o primeiro a reconhecer que ainda falta muito, muito, muito mesmo a se fazer pela juventude, falta muito; faltam espaços, espaços para juventude, faltam escolas bem estruturadas, falta conhecimento, falta muito, muito mesmo, mas dentro de todos os desafios, a gente está enfrentando todas as barreiras e tentando de todas as formas trazer mais acesso à população jovem, mais informação, mais cursos

profissionalizantes, e a gente tem enfrentado muitos desafios, a gente está trabalhando muito para isso, para que consigamos que um dia a gente chegue aqui nesse debate e falemos: Não venha mais discutir sobre maioridade penal. Mas, como a senhora Cabral falou, nós vamos debater como é que nós vamos estar tirando os encaminhamentos, como é que a gente vai trabalhar com a rede, a rede executiva municipal, estadual, trabalhando tudo junto, a federal também, trabalhando com as associações, com participação da sociedade civil. São esses os nossos interesses.

E eu não vou me alongar muito. E para finalizar, o que a gente espera é essa participação de vocês sempre. Hoje a gente fica muito feliz em ver a participação aqui em massa da juventude, massa dos representantes de outros segmentos, a gente fica muito feliz e a gente espera isso de vocês sempre. Muito obrigado. A Coordenadoria está de portas abertas a quem quiser, que está à disposição lá na Rio Madeira, subesquina com a Sete de Setembro.

Muito obrigado e fiquem com Deus.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Jonas, pelas palavras. Cumprimento aqui o nosso Itamar, da CUT, e todos os nossos bancários aqui, da direção do Sindicato dos Bancários que estão presentes. E quero dizer que eu penso o contrário, eu sou a favor do Movimento dos Trabalhadores Bancários do Brasil. Trabalhador nenhum faz greve porque adora fazer greve, quando a gente vem a fazer greve é porque o trem está pegando. Por isso nós estamos sempre a favor, eu mesmo, que o trabalhador, se ele estiver errado, eu ainda estou do lado dele, imagine ele estando certo.

Chamo para fazer uso da palavra o nosso Juiz Marcelo Tramontini - Juiz de Direito do 1º Juizado da Infância e Juventude.

O SR. MARCELO TRAMONTINI - Senhor Deputado, Presidente da Assembleia Legislativa, na pessoa de quem eu cumprimento todos os integrantes da Mesa. Bom dia a todos. Eu queria de antemão parabenizar a Assembleia Legislativa por essa iniciativa de trazer essa discussão em debate acerca da redução da maioridade penal. E digo isso porque eu, como Juiz da Infância e Juventude, tenho observado o grande radicalismo nesse sistema, as questões parece que tomaram um fundo quase que dogmático, temos aqueles que simplesmente querem que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja revogado esse quadro no meio jurídico brasileiro e aqueles que acham que o Estatuto da Criança e do Adolescente é intangível, não deve ser modificado, são posições bastante sectárias até, se pode dizer. De minha parte me considero até mais Dom Moacyr, prosélito na área, porque o encontro da Infância e Juventude há dois anos foi convertido, a Infância e Juventude há dois anos, inclusive eu já fui Juiz em outras áreas também, já fui Juiz criminal, já fui Juiz de Execução Penal, então conheço por dentro o sistema da justiça criminal, conheço por dentro o sistema da execução penal e agora também a Infância e Juventude. Mas, digo que esse debate é importante porque não fujo ao debate, sou contrário à redução da maioridade penal, mas eu reconheço que as pessoas que são favoráveis à redução da maioridade penal, numa sociedade democrática, têm o direito de ser ouvidas, e não deixo de

reconhecer que existem argumentos razoáveis em favor da redução da maioridade penal, no entanto existem argumentos muito mais razoáveis contrários à redução da maioridade penal, e por isso que digo que não fujo ao debate.

O que observo é que, vou fazer algumas considerações breves sobre isso, a redução da maioridade penal creio que hoje seria quase que uma irresponsabilidade, o sistema prisional brasileiro ele não funciona adequadamente. A lei de execução penal brasileira ela é cheia de falhas, então nós temos um sistema que não funciona, uma legislação que não funciona em relação aos maiores de 18 anos. E o que se quer é ampliar esse sistema, porque com a redução da maioridade penal, o que se faria, os nossos hoje adolescentes, seriam encaminhados ao sistema prisional brasileiro. Então seria como um médico, que eu sempre digo isso, é como se fosse um médico que está dando um remédio errado a um paciente e, ao invés de trocar essa medicação, ele resolve aumentar a dose, imaginando que assim resolverá o problema daquele paciente. Então, reduzir a maioridade penal seria isso, nós iríamos ampliar um sistema prisional que não funciona.

Por outro lado, a sociedade também desconhece muito o Estatuto da Criança e do Adolescente. Quando eu faço audiências lá na Infância e Juventude, em que eu vou ouvir vítimas, pessoas que foram vítimas de atos infracionais praticados por adolescentes, eles se surpreendem quando a gente informa que o adolescente se encontra apreendido, se encontra preso, no linguajar comum, e que permanecerá apreendido. Elas se surpreendem porque imaginam: Mas adolescente fica apreendido? Fica preso, como diz? Quer dizer, uma boa parcela da sociedade que é favorável à redução da maioridade penal sequer conhece o sistema socioeducativo, a sociedade não sabe que a partir dos 12 anos de idade um brasileiro e uma brasileira já pode, sim, ser responsabilizado pelos atos que pratica, e constantemente são responsabilizados.

Nós temos hoje vários adolescentes aqui cumprindo medida de internação, um adolescente pode ficar até 03 anos apreendido por ter se envolvido num ato infracional. É muito comum inclusive quando um adolescente se envolve num ato infracional em conjunto com um adulto, em coautoria com um adulto, principalmente em caso como homicídio, por exemplo, o adolescente é apreendido, responde o seu processo, cumpre uma medida de internação e o processo do adulto ainda está na delegacia em trâmite como um inquérito policial, às vezes leva 08, 10 anos, às vezes prescreve esse processo contra o maior de 18 anos e o adolescente já foi responsabilizado. Isso é muito comum também em crimes de roubo, em crimes de tráfico de drogas em que o adolescente responde o seu processo, cumpre a medida socioeducativa e o adulto não respondeu, e ainda vem se falar em impunidade, se acha que o sistema atual ele favorece a impunidade, quando é ao contrário.

É muito interessante uma situação que ocorreu recentemente em Brasília, eu me encontrava lá reunido com vários juízes da Infância e Juventude e a colega de Brasília fez uma enquête com os adolescentes que se encontravam apreendidos: o que eles achavam da redução de maioridade penal? E quase 90% deles foram favoráveis à redução da maioridade penal. E ela teve a curiosidade de indagar o motivo, e eles entendiam que, eles falaram: -" Nós queremos que seja

aplicado para nós o mesmo sistema dos maiores de 18 anos que recorrem em liberdade, que demora para cumprir pena, quer dizer, nós somos responsabilizados e os adultos não." E eles viam isso normalmente naqueles casos em que eu já disse, quando eles praticam um ato infracional em coautoria com um maior de 18 anos. Eles achavam que eles recebiam uma punição, que na verdade é a socioeducação, e os maiores de 18 anos não. Para se ver como a sociedade é mal informada.

E reduzir a maior idade penal como uma ideia de que isso irá reduzir a criminalidade é um absurdo. Se nós pegarmos hoje os nossos adolescentes e encaminharmos para o sistema prisional, eu tenho certeza que eles voltarão à sociedade muito pior do que entraram. A sociedade, parece que as pessoas imaginam que o sistema prisional é a panaceia para todo mal, reduz a maioridade penal que esse adolescente vai para um presídio, vai ficar preso lá no resto da vida como se existisse prisão perpétua no Brasil. Um maior de 18 anos que pratica um roubo, por exemplo, normalmente ele recebe uma pena de cinco anos e quatro meses em regime semiaberto, com 10 meses ele está em prisão domiciliar, esse é o sistema para os maiores de 18 anos. Então, como maior de 18 anos, ele vai para o presídio ficar 1, 2, 3, 4 anos cumprindo uma pena, e ele volta para a sociedade. Se nós pegarmos hoje os nossos adolescentes e colocarmos nesse sistema, eu tenho certeza que isso será muito pior para a própria sociedade. Eu vejo isso no meu dia a dia, eu lido com adolescentes, eu já lidei com maiores de 18 anos, com imputáveis que praticavam crimes, são totalmente diferentes, são situações totalmente diferentes. Se se quer realmente fazer algo para que a violência diminua, para que os nossas crianças e nossos jovens parem de se envolver com a criminalidade, o que é preciso fazer é dar um maior apoio à família. Por quê? O problema começa na família, não é? Muito se culpa o Estado, o município, há erro sim do Estado e do Município, mas em primeiro lugar da família. Eu vejo isso no meu dia a dia lidando com os adolescentes, para não dizer 100%, mas com certeza 90% desses adolescentes foram levados ao mundo do crime por uma falha em sua educação. E a educação em primeiro lugar, na minha concepção, cabe à família, ao pai e à mãe, é ele quem tem que dar moral e decência ao seu filho, não é a escola, é a família, e a família falha, e quando a família falha, sim, o Estado tem que agir.

Eu dou um exemplo. Ontem mesmo eu realizava uma audiência com um jovem de Jaci-Paraná, 15 anos de idade, que se envolveu em um crime, 15 anos, trabalha numa carvoaria, está fora da escola e a mãe é viciada em drogas. Então, aí é o exemplo que eu digo, a família falhou, essa mãe que tinha que estar dando carinho, educação para esse jovem, está usando drogas e abandonou o filho. O que o município de Porto Velho fez por esse jovem? O que a sociedade de Jaci-Paraná fez por esse jovem? Absolutamente nada. Agora ele está lá com um processo na Infância e Juventude e vamos tentar fazer a socioeducação com esse adolescente, tentar evitar que ele volte a praticar crimes.

E isso é uma constante, eu tenho visto isso com frequência, a maioria desses jovens se envolve em crime por uma falha na família, e em seguida por uma falha do Estado. Sempre quando eu ouço um adolescente lá que se envolveu num crime, eu procuro ter uma conversa bastante franca, bastante sincera, bastante amistosa com ele, para tentar aferir

o porquê ele entrou no crime, tentar resgatar aquele jovem dos seus sonhos, das suas ideias, do que ele pensava. Todo mundo tem sonho quando é pequeno, pensa em ter alguma profissão, uns querem ser médico, outros querem ser juiz. Eu mesmo quando era criança, todos os meus parentes gostavam de me perguntar o que eu queria ser, que eu falava que queria ser dono de uma oficina, que eu achava bonito consertar carro, esse tipo de coisa, hoje eu estou tentando consertar adolescente, mas todo adolescente ele tem esse sonho. E é interessante, principalmente aqueles adolescentes que começaram a se envolver em atos mais violentos, eles têm vergonha de dizer esse sonho que eles têm, eles ficam intimidados, eu procuro, eu vou alongando a conversa, aí eles vêm a dizer; uns queriam ser bombeiros, outros queriam ser, um me disse até uma vez que queria ser juiz, outro quer ser promotor, muitos querem ser policiais, eles têm seus sonhos. E esses sonhos não atingidos pela falha da família e pela falha do Estado.

Esse menino de 15 anos que eu ouvi ontem, que trabalha hoje numa carvoaria, que tem a mãe viciada em drogas, queria ser jogador de futebol. E o que se está fazendo para esse sonho desse menino se tornar realidade? Não se está fazendo nada, a sociedade não está fazendo nada e ainda quer que a Justiça pegue um adolescente desse e coloque num presídio. Isso é um equívoco se tentando justificar com mais equívocos ainda. Eu tenho certeza que se o município de Porto Velho, o Estado de Rondônia desenvolver atividades para que esses jovens que tenham essa dificuldade familiar, esse problema com a família, que esses jovens tenham possibilidade de pôr seus sonhos em prática, isso reduziria mais de 90% a violência dessa cidade, mas isso não ocorre, isso não é uma realidade. E quando esse jovem é encaminhado para o sistema sócioeducativo, quando esse jovem é encaminhado para o sistema para cumprir uma medida de internação nas Unidades de internação, o que temos visto hoje é profissionais lá nas unidades de internação, na Coordenadoria da Infância, se desdobrando, se esforçando para fazer a socioeducação acontecer, mas infelizmente sem os recursos para tanto.

Tivemos notícias dessa reforma do sistema administrativo estadual em que se está extinguindo a Coordenadoria da Infância e Juventude, algo que está na contramão de tudo que é feito no país. Em vários Estados, a socioeducação se cria uma Secretaria própria para ela, aqui em Rondônia a socioeducação no passado já pertenceu à Secretaria de Assistência Social e atualmente a socioeducação ela é vinculada à SEJUS, que é a Secretaria que cuida do sistema prisional. E hoje a socioeducação vive de migalhas da SEJUS, o orçamento para a socioeducação, para a Coordenadoria da Infância e Juventude, que já é reduzido, ele é constantemente desviado para o sistema prisional. Eu já estive no Tribunal de Contas, fiz uma denúncia sobre isso, requeri a abertura de um processo, o Tribunal de Contas disse que abrirá um processo para fazer uma tomada especial de contas do Estado. Recentemente já fiz várias reuniões com o Executivo, mês passado tive uma reunião com o Governador, chamei o Presidente do Tribunal de Justiça para sensibilizar o Governador em relação à socioeducação. E entregamos ao Governador um modelo de Minas Gerais sobre a administração do sistema socioeducativo, e havia uma

promessa de que isso seria analisado. E fomos surpreendidos com essa proposta que agora extingue de vez a Coordenadoria.

Então, eu conclamo, conclamo não, eu suplico aqui a Assembleia Legislativa, não é, senhor Presidente, que essa matéria possa ser repensada, que a Coordenadoria da Infância realmente possa ser mantida no âmbito da SEJUS. Que ela possa realmente ter autonomia financeira, para que ela possa fazer a socioeducação aqui no Estado se tornar uma realidade, porque hoje eu estou extremamente preocupado com isso, com essa unificação. Eu não acredito que isso vá funcionar, e a permanecer a situação como está, caminharemos aqui até para a interdição das unidades de internação aqui da capital, e aí os nossos jovens, os nossos adolescentes que lá se encontram serão soltos, porque o Estado não tem como colocá-los dignamente para cumprir uma medida socioeducativa.

Então, eu suplico à Assembléia que reveja essa questão da extinção da Coordenadoria, que a Assembleia possa fiscalizar o Estado realmente, o Executivo. Que se possa cobrar do Executivo que execute o orçamento que foi votado aqui por esta Casa de Leis, que garanta a democracia no Estado, que garanta que o Executivo não vai enfiar goela abaixo de toda sociedade rondoniense o que ele bem entende. Esta Casa que nos garante, que aqui o debate tem que ser feito, a sociedade tem que participar, inclusive com o Conselho de Direitos, tem que ser ouvido, a socioeducação tem que ser uma realidade no Estado. E é assim que nós vamos sim reduzir a violência neste Estado, é fazendo o Estatuto valer, é cumprindo a lei e não alterando uma lei que sequer é executada com o teto que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Era isso que tinha a considerar e um bom dia a todos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Dr. Marcelo Tramontini, pelas palavras. O problema, Dr. Marcelo, é que sempre eles no máximo se equivocam. Que a gente sabe que isso não é equívoco mesmo, não, é porque é perversidade mesmo. É porque eles não querem que os nossos meninos tenham dignidade. E o Brasil no ano que vem vai ter Copa do Mundo e em 2016 as Olimpíadas, não é isso? E qual é a política que nós temos aqui nesta área, como em todas. Por isso que eu digo que é perversidade mesmo, porque eles querem ver os nossos meninos na ignorância, infelizmente. E é isso que tem que mudar. Tem que mudar o código, tem que mudar o ECA. Tem que mudar é a prática política brasileira. Chamo para fazer uso da palavra agora a nossa Deputada Epifânia. Eu peço que nas falas a gente seja bem breve, porque eu quero abrir as falas além da Mesa para todos que estão aqui na Casa e que queiram usar a palavra.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhor Presidente, antes da palavra da Excelentíssima Senhora Deputada, cumprimento o Excelentíssimo Vereador, Senhor Paulino Ribeiro Rocha, da Câmara Municipal de Alvorada do Oeste.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Bom dia a todos os senhores, todas as senhoras. Eu queria aqui iniciar cumprimentando o Presidente desta Casa, Deputado Hermínio, que é o proponente desta Audiência Pública, extremamente oportuna, porque creio eu que nos coloca em uma discussão nacional, eu acho que o

Estado de Rondônia estava devendo esse debate, Presidente, para que a gente pudesse trazer a população, eu tenho certeza que depois desta audiência vários outros setores também irão iniciar esse debate que é muito importante e não discutir apenas quando acontece um ato infracionário de uma criança, de um menor e aí é colocado na mídia como algo televisivo e a gente precisa se aprofundar ainda mais. Parece que a gente só lembra do menor quando ele comete realmente um ato.

Queria aqui cumprimentar a todos os membros da Mesa, em nome de nosso Dom Moacyr que muito nos honra novamente a sua presença aqui nesta Casa e a gente quando olha aqui a gente fica muito feliz de ver muita gente nesta Casa para debater esse assunto e no geral quando a gente olha praticamente são os mesmos, são os nossos Conselheiros, aqui a Ângela, o Marto, as meninas lá que compõem o Conselho, enfim. Somos, parece, que nós para nós mesmos, não é, Ângela? E eu esperava, Presidente, sinceramente, aqui, na manhã de hoje, pela relevância do tema, que nós pudéssemos aqui ter uma presença muito maior do Governo do Estado. Eu não posso deixar de falar isso, tem aqui a presença da Secretária Adjunta da SEAS, que tem participado dessa temática social da questão das mulheres, das crianças também, mas precisaria aqui principalmente da representação da SEJUS, precisaria muito, muito importante a representação da SEDUC, quando eu falo da representação eu falo realmente do titular da pasta, a gente não tem como terceirizar um tema tão importante como este, porque quem define é o gestor, o gestor define a política pública e os demais técnicos executam, operacionalizam a determinação da política pública condicionada pelo gestor. O Secretário de Segurança Pública também deveria estar presente nesta Audiência, termina, senhora Juíza, é que vai ser praticamente como foi a ação lá no Ministério Público, desculpe a técnica aqui que representa o Juizado, dona Eliete. Penso eu que nós vamos terminar da mesma maneira que foi no Ministério Público, não da mesma maneira porque eu acho que sempre que a gente faz o debate possibilita o avanço em algumas frentes, mas especificamente a ausência do Estado aqui é para a gente algo muito negativo.

Eu acho que a gente, como Audiência Pública ela tem como uma das suas finalidades trazer, fazer um encaminhamento de algumas ações necessárias para alguns setores, penso eu, Presidente, que uma próxima ação nossa deveria ser a convocação realmente do Estado para que ele nos relate aqui como é que efetivamente vêm acontecendo essas medidas socioeducativas, que é competência dele prevista aí no nosso Estatuto. Eu não quero me prolongar pelo avançar da hora e eu vou precisar me ausentar também, porque a gente tem um compromisso agora no início da tarde, relativo às questões relacionadas às políticas para as mulheres que está na mesma mão que vem aqui a questão da criança e do adolescente. Infelizmente, nós também não temos uma referência de quem conduz a política pública, várias questões previstas também na Lei Maria da Penha com medidas protetivas também não são executadas pelo Governo do Estado. E aí eu creio que essas temáticas do Idoso, da Criança, da Mulher, que a gente chama de minoria, mas não é a minoria, infelizmente o Estado tem tratado a maioria de uma forma, excluindo das políticas públicas. E eu queria aqui também, Presidente, dizer que aqui na Assembleia nós já tivemos alguns

debates, eu pude estar naquela Audiência do Ministério Público ainda como Secretária Municipal de Educação e uma das questões que foi colocada ainda no ano de 2010 e quando eu cheguei aqui na Assembleia ainda estava pendente, que é o repasse, é a vinculação dessas medidas socioeducativas que estavam vinculadas à Coordenadoria do Governo.

E nós tentamos aqui, ajustamos na legislação para que de fato ficasse vinculada à Secretaria de Assistência junto com a SEJUS, para que as ações elas pudessem ser mais rápidas, mais exequíveis, não precisasse estar o tempo inteiro indo junto à Governadoria pedir a bênção para realizar qualquer ação. E para surpresa nossa, como nós estávamos modificando a Lei, o Conselho, o antigo Conselho, a diretoria anterior nos alertou que não conseguiam realizar a Conferência Estadual da Criança e da Juventude porque não tinha recurso. Aliás, tinha o recurso nesse fundo da ordem de quatro milhões, mas eles não conseguiam remanejar por conta desse detalhe da legislação. Por muito pouco a gente quase que não consegue realizar esta Audiência Pública. Então, são detalhes, são pequenas coisas que num simples ato você consegue reverter, mas em razão de a gente não ter a referência no Estado de quem trate, quem cuide desta temática, as coisas vão passando, vão passando e aí a gente acha que diminuir a menoridade penal vai resolver o problema.

Como eu falei antes, eu não quero ser repetitiva porque todos que me antecederam foram muito felizes e eu tenho o mesmo pensamento, o que a gente precisa é colocar em prática as ações, as políticas públicas apontadas no ECA. Se nós conseguirmos fazer minimamente aquilo que está estabelecido, a gente consegue mudar esse quadro, se a gente tiver uma política de educação clara, com educação integral, fizemos aqui uma audiência pública demonstrando que 30% da população no Ensino Médio em idade regular de 15 a 17 anos não têm acesso ao Ensino Médio. Aí eu vou diminuir a idade penal? Nós vamos penalizá-lo novamente por algo que o Estado não vem oferecendo? Então, eu creio que esse não é o melhor caminho. Aqui tem vários Conselheiros que sempre a gente encontra nas comunidades rurais, o Joana D'Arc não tem o Ensino Médio, na Vila da Penha, em Abunã não tem Ensino Médio, aqui em Campo Novo mais de 70% da população daquele Município não têm acesso ao Ensino Médio, então nós temos várias questões a serem discutidas que são de obrigação, são questões constitucionais que não vêm sendo cumpridas pelo Estado. Nós precisamos primeiro resolver essas questões, precisamos assumir as nossas responsabilidades e aí sim, como bem falou aí a nossa representante do Juizado, aí sim, se nada do que a gente fez, se nada do que está previsto reverter o quadro que nós temos hoje, aí nós vamos pensar em outras questões, em mudar a Constituição, em reduzir a idade penal.

Então, eu queria deixar aqui o meu registro, que eu sou favorável que a gente implemente as políticas públicas necessárias e não a redução da idade penal, porque creio eu que no nosso Estado brasileiro isso não vai reverter. Se revertisse, a gente já teria solucionado com as medidas que nós temos hoje, está bom? E, além do mais, eu acho que sobrecarregar o sistema carcerário, as nossas casas de internação, realmente isso não vai acrescentar em nada, porque o nosso sistema prisional é colocado dessa maneira hoje, as nossas casas de internação de menores, salvo algumas ações

que conseguem ressocializar, que consegue, realmente, trazer algumas medidas, e essa medida ela não deve ser protetiva só ao menor infrator, deve ser estendida, também, à família. Não adianta eu recuperar naquele momento o menor infrator e depois ele voltar para uma família completamente desestruturada, isso não vai resolver, talvez ele volte em uma condição ainda pior, porque ele aprendeu algo e quando ele chega à sociedade a sociedade não vem oferecendo outras oportunidades, como é o caso da família totalmente alheia ao processo de desenvolvimento social.

Quero registrar aqui que vocês, obviamente, toda a sociedade tem o nosso apoio a essa causa e tudo o que for necessário aqui na Assembleia que dependa do nosso empenho parlamentar nós estamos à disposição de todos vocês. Muito obrigada. Peço desculpas porque tenho que ir organizar um material agora para o debate de hoje à tarde, que trata também da questão da violência contra a mulher.

Bom dia a todos e a todas.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputada Epifânia. A Deputada Epifânia colocou a sugestão aí de convocar o Governo. E eu já chamei o senhor Manvailer aqui, estava conversando com o Dr. Marcelo e com a nossa companheira Ana Walessa, já deixei até a data para o dia 22, vamos convidar o Governo, convidar, também, principalmente os Conselhos, convidar o Conselheiro de Contas que é da área, que é responsável pela área da criança e do adolescente, que é o Wilber, e também o representante do Ministério Público para nós enquadrarmos o Governo aqui, o que é que ele está fazendo, o que é que ele está cumprindo, o que é que ele não está cumprindo com relação a esse tema, depois nós vamos convidar todos vocês, vai o convite para todos, mas já está aqui, já estamos organizando aqui para dia 15, na próxima terça, nós aprovamos aqui o Requerimento que vai ser nosso, de autoria nossa, dos Deputados que estão presentes, e para o dia 22 deste mês.

Chamo para fazer uso da palavra agora o nosso Dom Moacyr. Se o senhor quiser falar da tribuna, senão pode falar daí mesmo, Dom Moacyr.

O SR. MOACYR GRECHI – Eu agradeço a oportunidade de dizer algumas palavras e eu creio que tudo aquilo que ouvi tudo me confortou, principalmente as palavras da representante do Juizado da Infância, acho que foi completa a apresentação dela, e depois todos praticamente mostraram a sua posição clara a favor de melhor, para manter a legislação como ela está, e o que me impressionou é que não se olha, a população não é informada, inclusive já fiz o propósito aqui firme de falar com Dom Esmeraldo para que em todas as missas, em todos os cursos, em todos os encontros de Igreja se trate desse assunto esclarecedor, porque a grande maioria da população gostaria de mudar, de que realmente fosse baixada a redução da idade penal. Eu notei, me parece que chegava a 80 ou 90% da população na ilusão de que colocando esses jovens na prisão comum seria melhor, que a solução seria encher as cadeias de adolescentes, então nós teríamos mais paz, e é claro que isso é totalmente falso, o que nós precisamos é o empenho de implementar as políticas socioeducativas, se não me engano a organização responsável por esse serviço a comunidade está

para receber há três anos sem receber o dinheiro que é dirigido exclusivamente e de uma maneira segura para essa instituição e o dinheiro não chega.

Então, tem muita coisa que tem que ser revista. Da parte minha, eu fico muito feliz de ter participado deste encontro, e como o convite foi amplo, eu virei também para o outro porque a Igreja é a primeira a ter responsabilidade assim de consciência e de fé de se aproximar desses que eu acho que são os excluídos dos excluídos, já são excluídos antes, depois têm que viver em ambientes como aqui os nossos que não têm nada de socioeducativos, então, duas vezes duplamente marginalizados. Eu creio que, eu como Bispo Emérito, Emérito significa que não conta mais, mas Dom Esmeraldo quando soube que fui convidado me apoiou e mostrou, disse que eu poderia assumir mesmo tudo oficialmente. Então, tanto a Igreja como a Comissão de Justiça nossa está se organizando, nós nos pomos a serviço desta causa que é, se não a primeira, uma das maiores causas, é o futuro da nossa sociedade, então devemos nos empenhar e o que eles podem trazer para nós foi dito antes é muito importante.

Então, agradeço a oportunidade e fico contente que praticamente todos se manifestaram contra a redução da idade penal, todos, praticamente em peso, com algumas restrições de saber compreender aqueles que não pensam como nós, como o Juiz Tramontini falou, temos que escutar também alguma queixa, alguma observação justa e não fanatismo, mais lucidez, porque a televisão ela induz, eu vi alguns programas, escutei, ela induz o ouvinte, o telespectador a pensar que a solução é botar na cadeia esses bandidos, assassinos e assim por diante, só porque têm 16 anos então podem fazer tudo. Eles induzem a pensar que a solução é a prisão.

Muito obrigado pela oportunidade, senhor Presidente, e estou sempre disposto a colaborar.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Quando Dom Moacyr fala que infelizmente a nossa população é mal informada, até nesse negócio aí de Bispo que o senhor falou, a gente acha que o senhor fez foi crescer, fez foi aumentar a patente, que o senhor está dizendo que não é nada, esse emérito aí não é nada. Mas queria dizer ao nosso Bispo Dom Moacyr que o senhor é admirado e respeitado pelo povo deste Estado e pelo povo do Acre também que adora o senhor. A partir de agora deste mês nós vamos fazer a publicidade da Assembleia, nós estamos com mais de ano sem gastar nenhum real com publicidade na Assembleia, agora vamos começar, e a intenção nossa é de fazer, para poder a gente aproveitar melhor o dinheiro que é gasto com a publicidade da Assembleia, fazer campanhas junto com entidades, tipo, ou órgãos, tipo Ministério Público, OAB e eu estava quando Dom Moacyr citou aqui que a nossa população não é informada bem sobre essa questão do Estatuto e eles acham que tem uns pais que são tão irresponsáveis que queriam que os moleques deles, a partir de cinco anos, já trabalhassem na enxada ou em qualquer tipo de coisa, ou nas ruas vendendo din-din ou qualquer outro tipo de coisa. E era nós fazermos nessa publicidade, nós fazermos uma parceria com o Juizado e os Conselhos para nós fazermos uma campanha maciça no Estado de tudo que nós estamos discutindo aqui, dizer que esse discurso aí que

eles estão colocando, que o problema do Brasil é o ECA, é de uma enganação, é de uma mentira muito grande e não vai ser mudando, porque a gente fala isso, mas na hora que o pai e a mãe, porque desses 80, 90% todos têm filhos, na hora em que um filho dele for preso com 16 anos e que tiver dentro dessas cadeias miseráveis que tem aí, aí eu acho que eles vão mudar de ideia, mas já é tarde, já é tarde. Por isso que é bom fazer uma parceria para nós fazermos uma campanha de publicidade no Estado inteiro, paga pela Assembleia, como nós vamos fazer sobre essa questão da violência, da violência contra a mulher, quanto à questão das drogas, fazer em parceria com o Ministério Público essas campanhas, que é importante para que a população venha saber dos direitos e ser mais esclarecida. Eu tenho certeza que vai ser bom, vai ser bem usado o recurso de publicidade que muitas vezes se faz publicidade aqui da Assembleia que é praticamente jogar dinheiro fora e nós vamos tentar fazer uma mensagem que dê resultado para o Estado, que a gente use da melhor forma possível essa publicidade para que o dinheiro seja bem aplicado, para que tenha resultado. Para fazer uso da palavra, agora é a senhora, a senhora não, a senhorita, você é uma jovem, Ana Waleska Duarte, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RO.

A SRA. ANA VALESKA DUARTE – Obrigada. Bom dia a todos aqui presentes. Quero cumprimentar primeiramente todos os Deputados Estaduais, em nome do Presidente da Assembleia, Deputado Hermínio, quero cumprimentar também aqui todos os Conselheiros de Direito, Conselheiros de Direito que vieram dos municípios, Conselheiros Tutelares, a sociedade civil, entidades que trabalham na política da área da criança e do adolescente, Secretários de Estado, Prefeitos, e quero cumprimentar também o Coordenador Municipal da Juventude, o Jonas, a Cristiane, o Subdefensor da Defensoria Pública do Estado, Dom Moacir, a Eliete Cabral, enfim, a todos os presentes. É uma tarefa difícil hoje falar sobre a redução da maioridade penal, onde a gente ouve muita coisa, a maioria da sociedade tem a opinião favorável que haja essa redução da maioridade penal e a missão aqui hoje, representando o Conselho Estadual do Direito da Criança e, ao mesmo tempo, também a Ordem dos Advogados Seccional/RO, se posicionar também contra a redução da maioridade penal e assim eu gostaria de fazer algumas considerações, inclusive em cima das considerações do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente.

Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, ele possui uma missão de garantir e defender os direitos humanos de crianças e adolescentes, no sentido de que propor a não redução da idade penal, considerando que está disposto no artigo 37, alínea B da Convenção Nacional Sobre Direito da Criança de 1989, que assegura que nenhuma criança ou adolescente será privada de sua liberdade de forma ilegal ou arbitrária, considerando o disposto no artigo 1º da Constituição da República de 1988, que estabelece o princípio da dignidade da pessoa humana, considerando o disposto no artigo 5º, incisos LIV e LXI da Constituição Federal, que versa sobre os direitos e garantias individuais, especialmente a liberdade, considerando também o disposto do artigo 227 da Constituição Federal, que consagra a proteção integral à criança e ao adolescente como prioridade absoluta; considerando ainda o

disposto no artigo 228 da Constituição Federal que define como cláusula pétrea a imputabilidade, e aqui eu falo cláusula pétrea, que é imutável, dos cidadãos, que são cidadãos até 18 anos de idade, garantindo-lhes tratamento em legislação especial; considerando ainda o disposto nos artigos 3º, 5º, 15, 16, 17 e 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que versam sobre os direitos fundamentais de criança e adolescentes, destacando-se mais, sem prejuízo dos demais, o direito à liberdade e à saúde; considerando ainda o disposto também no artigo 88, inciso II do Estatuto da Criança, que define os Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente como órgãos responsáveis pela construção, deliberação e controle das políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente em todos os níveis; considerando ainda que, ao contrário do que se propaga por aí, a atual legislação, o ECA já responsabiliza os adolescentes a partir dos 12 anos de idade que praticam o ato infracional por meio da aplicação das medidas socioeducativas, conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente; considerando ainda a Lei 12.594 que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – o SINASE, e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes que pratiquem ato infracional; considerando ainda também que a eventual redução da maioridade penal expõe adolescente à convivência com adultos no sistema penitenciário, aumentando sobremaneira a sua vulnerabilidade e agravando o atual quadro de violência; considerando que menos de 1% dos crimes de latrocínio e homicídio são cometidos por adolescentes, o que refuta a alegação de que diminuir a maioridade penal contribuiria para a redução da criminalidade e violência; considerando ainda que os adolescentes em conflito com a lei, em sua maioria, são anteriormente vítimas de violação de seus direitos humanos pela ação ou omissão do Estado, da sociedade, da comunidade e da família, e considerando finalmente que reduzir a idade penal, a Constituição Federal, a Convenção dos Direitos da Criança e o Pacto de São José da Costa Rica e o ECA, o CONEDICA, reafirma seu posicionamento contrário a qualquer projeto de emenda à Constituição ou projeto de lei que vise a redução da maioridade penal.

Reafirma também a necessidade de garantir políticas públicas e sociais com prioridade absoluta para a efetividade no processo de reinserção social dos adolescentes em conflito com a lei. Reafirma a necessidade que os gestores públicos municipais, estaduais e federais sejam responsabilizados pela ausência de efetividade das normas e das políticas públicas protetivas a Criança e ao Adolescente. Reafirma ainda a necessidade do Estado, da sociedade, da comunidade e da família assumirem o seu dever, a responsabilidade pela promoção e proteção com prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente, como forma de prevenção aos diversos problemas sociais existentes, inclusive a violência e a criminalidade.

Em resumo, o Conselho Estadual do Direito da Criança e a Ordem dos Advogados da OAB são contra a redução da maioridade penal, diga não à redução da maioridade penal e sim a saúde, educação, respeito, vida, dignidade, cultura, esporte, lazer, profissionalização.

Quero aproveitar também aqui o momento de cumprimentar, já estava me esquecendo dos jovens que estão

aqui presentes, os adolescentes que ainda se encontram presentes aqui e gostaria de ler aqui um trecho de uma música do nosso saudoso cantor Charles Brown Júnior, que eu acho que a letra da música ela faz uma fala que faz com que a sociedade, no geral, reflita sobre a situação dos adolescentes, sobre a falta de oportunidade que o adolescente ou o jovem não tem, e aí eu gostaria de fazer essa breve leitura. A música é conhecida, ela se chama “Não é Sério”:

“ Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério. O jovem no Brasil nunca é levado a sério. Sempre quis falar, nunca tive chance. Tudo que eu queria, estava fora do meu alcance. Sim. Já faz um tempo, mas eu gosto de lembrar cada um, cada lugar, um lugar eu sei como é difícil, eu sei como é difícil acreditar, mas isso um dia vai mudar, se não mudar, prá onde eu vou, não cansado de tentar de novopassa a bola, eu jogo o jogo. A polícia diz que já causei muito distúrbio, o repórter quer saber por que eu me drogo, o que é que eu uso. Eu também senti a dor. E disso tudo eu fiz a rima, agora estou por conta, pode crer que eu tô no clima, eu tô no clima, segue a rima, revolução na sua vida, você pode, você faz, quem sabe mesmo é quem sabe mais, revolução na sua mente você pode, você faz. Quem sabe mesmo é quem sabe mais. Revolução na sua vida, você pode, você faz. Também sou rimador, também sou da banca. Aperta muito forte que fica tudo a pampa, eu tô no clima! O que eu consigo ver é só um terço do problema. É o Sistema que tem que mudar. Não se pode parar de lutar, senão não muda, a juventude tem que estar a fim, tem que se unir. Aqui eu falo a Juventude, os adolescentes também. O abuso do trabalho infantil, a ignorância só faz diminuir a esperança. Na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério. Então deixa ele viver. É o que liga”

Obrigada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado a você pelas palavras. E o pior, se nós na adolescência e na juventude a coisa é desse jeito, quando nós estivermos com 30 anos, com 40, com 50, com 60, por isso que o trem vai... Porque se nós tivéssemos, se nós fôssemos bem preparados, com todo tipo de oportunidade agora na adolescência, é lógico que quando nós tivéssemos com 25, 30, 40, 50 anos, tudo era melhor. Porque se nós somos mal educados na juventude, nós vamos ser mal educados até morrer.

Passo a palavra agora para o Dr. Edvaldo Caires Lima, Defensor Público Geral do Estado.

O SR. EDVALDO CAIRES LIMA – Presidente, eu quero cumprimentar a todos na pessoa de Dom Moacyr Grechi, pessoa que eu admiro muito já desde quando chegou aqui em Porto Velho, e que vejo que é uma figura que representa e muito a sabedoria do povo brasileiro. Sabedoria que, pelo que eu vejo e pela discussão aqui travada, redução da maioridade penal, eu não tenho dúvida de que este assunto veio à tona em razão de fatos pontuais que acontecem e que a TV Globo leva aos extremos e apresenta como uma medida que irá resolver a situação, a redução da maioridade penal. A mesma TV que destrói a família, que acaba com a família, aí procura agora dar uma solução para um fato que todos nós sabemos que não irá resolver. Só a título de curiosidade, nós temos, hoje, no sistema prisional, cerca de seiscentos mil presos. Tem cerca de quinhentos mil mandados de prisão para serem cumpridos.

As prisões não comportam mais ninguém. Se nós reduzirmos a idade penal para dezesseis anos, iríamos trazer para o sistema prisional mais duzentas mil pessoas. Aonde iramos colocar? Esses dias, estava na internet, um Juiz que ia soltar, um local que ia soltar vinte e três mil presos justamente porque as prisões não oferecem condições. Eu acho que quem pensa que maioridade penal, a redução da maioridade penal irá resolver essa situação, devia fazer uma visita aqui aos nossos presídios e ver a situação como estão aqueles presos. E não tem conversa, não, porque não tem como. Eu fui, durante quatro anos, membro do Conselho Penitenciário do Estado e para se ter uma ideia, nós não tínhamos sequer um lugar para nós nos reunirmos. Vamos fazer o quê? E hoje o Conselho Penitenciário Estadual está dessa forma. Então, o Conselho da comunidade ainda consegue sobreviver porque tem algum recurso que vem de Brasília. Mas colocar jovens de 16 a 18 anos para quê? Para fazer faculdade na prisão? Só se for isso, porque vão sair de lá... Porque esses que já estão lá, eles não são ressocializados, ressocializar isso é farisaísmo. Não acontece no sistema prisional. Então, essa não é a medida correta. Tem outros meios? Tem. Claro que tem outros meios. Vamos ajudar a família, vamos criar, dar condições para que a família possa se desenvolver e os filhos serem educados, criado desde o seio da família. Mas o que acontece é isso: o Estado faliu em vários dos seus aspectos e fica procurando um bode expiatório. Então, tem que arrumar alguém para jogar pedra. Então, o problema é diminuir a maioridade penal. Não resolve. Leis nós já temos demais. O Estatuto é excelente. As nossas Leis estão aí, mas não são cumpridas. O doutor falou da Lei de Execuções Penais. É uma Lei, ela é evoluída até, mas nunca se executou essa Lei.

Então, quer dizer, não é reduzindo a maior idade penal que nós iremos resolver o problema. Iremos resolver o problema, sim, estabelecendo políticas públicas e ações governamentais no sentido de possibilitar ao jovem ter um desenvolvimento mais saudável, aos jovens terem possibilidades de desenvolver aquilo que pensam. O doutor falou, todo mundo tem um sonho, mas dificilmente esse sonho, claro, tem aqueles que se realizam, mas na maioria das vezes não se realizam por falta de condições. A verdade é essa, por falta de condições. Então, temos que criar, pensar e criar oportunidades para que o jovem possa estar presente no mundo, para que ele possa estar presente dentro da sociedade e ser reconhecido como pessoa, como ser humano, não como um ‘aborrescente’, como falou a representante do Juizado.

Então, acho que é isso que nós devemos fazer e acho que é isso que nós devemos pensar, porque essa medida não resolve, não vai trazer benefícios à sociedade, pelo contrário, vai trazer mais problemas ainda. Então, a medida, claro que é excelente tratarmos dessa situação, mas não tem como, ainda mais, como a doutora falou, ‘ah, a Constituição tem uma cláusula pétrea que diz que não pode, a maioridade é aos 18. Então, o que fazer? Já fizeram um problema com relação até ao matrimônio. A Constituição diz que deve ser entre o homem e a mulher, agora já mudaram também. A Constituição, os Ministros mudaram. Agora, querem mudar também com relação à maioridade? Então, nós vamos obedecer à mídia agora, o que a mídia disser nós vamos cumprir. E eu acho que não é por aí e nós temos que sentar e pensar realmente em

políticas para melhor desenvolver a nossa juventude e a nossa juventude é o futuro de amanhã, não tenho dúvida disso. Se alguém tem dúvida eu não sei, não devia nem estar aqui. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, doutor. Eu quero chamar para fazer uso da palavra, agora, a Vereadora de Ji-Paraná, a companheira Márcia Regina.

A SRA. MÁRCIA REGINA - Bom dia senhoras e senhores, Presidente Hermínio, que preside esta Sessão, com muito carinho; Bispo Emérito Dom Moacyr, que leva o nosso abraço ao Bispo Dom Antônio, o qual eu sou, bebo dessa fonte desse grande homem que é também Bispo Emérito aqui na cidade de Porto Velho. O Marcos que é representante do CONEDICA, representando a Diocese de Ji-Paraná, Projeto Padre Ezequiel; Ivone que também é fruto da juventude organizada, Pastoral da Juventude, que é socioeducadora e preside o Conselho Municipal do Direito dos Adolescentes de Ji-Paraná, que está presente e em nome deles cumprimento todo a plenária aqui reunida. Dom Moacyr, às vezes eu me preocupo um pouco de uma palavra bíblica que diz que “tenho muito receio dos lobos vestidos de cordeiro”, porque é muito fácil vir à tribuna e dizer favorável a uma temática na qual todos nós estamos envolvidos, discutindo e somos defensores. O outro espaço é em meios de comunicação, e aí, Edvaldo, Defensor Público, eu trago uma canção também do Gabriel Pensador, “até quando a gente vai levar porrada, porrada”, quando a gente acha que nós programamos a TV e os programados somos cada um de nós, que somos vítima dessa mídia que nos conduz à inverdades, que nos conduz à falta do conhecimento. E aí tem uma frase, sou professora, sou uma educadora que defende que nós temos que lutar por políticas públicas eficazes. A Constituição brasileira, no seu artigo 205 diz que é dever do Estado a educação, é também da família em solidariedade com a sociedade. Para quê? Para um tripé que vai nos conduzir a uma sociedade cada vez mais organizada, cada vez mais cidadãos de verdade, que é o desenvolvimento pleno da pessoa. Como garantir que temos direito pleno da pessoa se a LDB de 96, que garante educação de qualidade, em tempo integral para todos e todas, ainda não é uma realidade? Cita para mim qual é a escola deste Estado que tem educação integral, com todas as normativas. É também dever deste Estado, em colaboração com a família e sociedade a qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania.

Então, senhoras e senhores, quando a gente para nesta manhã, e aqui é muito fácil falar, como disse a Deputada Epifânia, porque nós estamos falando para nós mesmos, pediria quem teria coragem de dizer aqui e levantar a mão, quem é a favor da redução? Tem um senhor. Vocês são cristãos? Vocês são cristãos também? E aí eu faço um outro desafio para o Estado de Rondônia, para a nossa nação brasileira, quem é cristão de verdade, quem tem a base do Mestre Jesus Cristo de Nazaré e fala que é favorável à redução é um mentiroso e não consegue, não atende de fato, não é um leitor teológico para fazer argumentação necessária, porque Ele veio para que todos tenham vida e tenham vida plena, com dignidade em abundância. E quando nós, Estado, e aí, Deputado Hermínio, eu no parlamento, que nós somos representantes do povo no

Estado, defendendo, quando a gente não garante políticas eficazes, a gente não está garantindo a plenitude para que crianças, jovens e adolescentes tenham o seu devido direito garantido. E aí vocês poderiam dizer: “Ah, mas vem uma senhora lá de Ji-Paraná falando tudo isso é porque ela nunca sofreu nada” – Sofri. Há onze anos, numa noite de Páscoa, lua cheia, como é de costume lua cheia na Páscoa, eu e toda família fomos vítimas de um assassinato, assassinato do meu esposo, jovem, 28 anos, dentro de casa, com três filhos, eu e vítima de violência estou aqui dizendo algo do que eu sei, do que eu vivo na pele, que não é com violência que nós vamos resolver a violência, mas é com políticas públicas eficazes, que a nossa Carta Magna garante tantos direitos, tantas condições de políticas públicas e que nós, nós do parlamento, nós enraizados por essa corrupção neste país, que é o maior câncer, que é a maior praga que pode uma humanidade sofrer, acarreta a falta de qualidade para nossos meninos e meninas.

Então, senhoras e senhores, às vezes é muito fácil dizer no lugar onde a gente está que a gente é contra. Hoje eu vim do Tribunal de Contas onde passei primeiro antes de estar aqui, Eliete Cabral, e lá eu ouvi que eu sou a favor que se reduza, lá no meu parlamento vários de meus colegas dizem “eu sou a favor que reduza”, e talvez, Deputado Hermínio, nos bastidores, sem mídia, perguntar aos Deputados estaduais quem de fato é a favor ou contra, porque às vezes é muito fácil dizer que é quando tem gente gravando, quando tem uma plenária ouvindo, que nós possamos levar conhecimento, porque Cícera, Severina aqui presente, é através do conhecimento que a gente transforma. E Rubem Alves diz que a tarefa do professor é despertar sonhos, é fazer com que a gente coma uma fruta saborosa e faça todos babar de desejo, e aí a cabeça fica grávida e quando a cabeça ficar grávida não há nada que segure o corpo, então precisamos engravidar cabeças dos nossos meninos e meninas com educação pública de qualidade e aí sim, quando tudo não funcionar, quando todas as políticas não assumirem o seu papel, não atenderem, se elas efetivamente forem realizadas, aí sim a gente vem fazer essa discussão, e aí, Deputado, a proposição que trago é que reforce o encaminhamento para que as políticas públicas socioeducativas sejam discutidas em nosso Estado, que esse debate é ineficaz, o que é eficaz mesmo é nós defendermos as políticas socioeducativas, a aplicabilidade do ECA, as distorções que se tem desse grande instrumento que surgiu fruto da nossa Igreja também, Dom Moacyr, quando o Padre Zezinho escrevia na época de 80 “menores abandonados, alguém os abandonou, pequenos e maltratados, nós os rejeitamos”, será que vamos fazer o mesmo? Bom dia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Vereadora Márcia. O Dr. Marcelo saiu porque ele tem compromisso lá no Juizado agora, mas a Dra. Eliete Cabral está aqui para responder pelo Juizado.

Chamo agora para fazer uso da palavra a Assistente Social Zilene. Tem muita gente para falar, vamos ser objetivos nas falas para garantir a fala de todo mundo.

A SRA. ZILENE RIBEIRO – Bem breve, Presidente. Meu bom dia a todos. Cumprimento o Deputado Hermínio, Presidente desta Casa, Deputado Ribamar e, em nome dele, cumprimento

todos os Deputados; um abraço especial a Dom Moacyr e em nome dele cumprimento os membros da Mesa; cumprimento as Conselheiras Tutelares Ângela e Eliete, em nome delas cumprimento todos os presentes na Casa.

Quero dizer que, na qualidade de técnica Assistente Social deste Estado há 25 anos, tivemos e temos o prazer de compartilhar a nossa trajetória profissional com a colega Eliete Cabral que tão bem representa nossa classe e fomos trabalhadoras juntas de lutas aí nessa causa. Então, juntamente com a Eliete e outras colegas, nós somos protagonistas da história de implementação do ECA neste Estado, porém a luta é grande, os avanços são ínfimos, os desafios são enormes. E hoje, na qualidade de Secretária-Adjunta de Estado de Assistência Social, estou enfrentando esta questão e cada dia, é um desafio que eu peço luz divina a cada amanhecer. Há oito meses estou como adjunta dessa Secretaria e, como já disse, enfrentando essa questão, mas na SEAS tem várias políticas públicas sob sua responsabilidade e nós temos um problema estruturante que é a falta de servidores efetivos na Secretaria. A Secretaria de Assistência Social ao longo desses anos foi sendo extinta e foi sendo renascida com outros nomes, de fundações em fundações e secretarias, e da última agora ela foi criada em 2009 sem o quadro efetivo, então, quando não se tem um quadro efetivo de profissionais na casa, de profissionais da área, existe a cada mudança de governo uma descontinuidade das ações e aí não se avança, porque as dificuldades são grandes, até que as equipes novas se apoderem da questão as coisas já aconteceram e não dá mais tempo de muito se fazer.

Então, a minha luta hoje primordial dentro da Secretaria é criar esse quadro efetivo, vai chegar nesta Casa de Leis um projeto para criar um quadro efetivo, que a gente pede ajuda para aprovar, é a Secretaria fim, Secretaria fim que não tem um quadro efetivo, que a gente pede ajuda para aprovar, é a Secretaria fim que não tem um quadro efetivo, as Secretarias meio todas têm, a Secretaria fim não tem um quadro efetivo de servidores, nós trabalhamos com servidores cedidos e com servidores de CDS, então essa é uma luta que vai refletir positivamente na execução com qualidade de todas as políticas que estão sob a responsabilidade da SEAS.

Em relação às medidas socioeducativas, a SEAS já teve essa responsabilidade, hoje, como já foi dito, está com a SEJUS e a nossa responsabilidade nós temos uma Gerência de Políticas para Adolescentes e Jovens e essa gerência é mais para ações de prevenção e para articulação da rede do Estado, isso nós temos uma equipe técnica lá bem pequena como está a poucos passos conseguindo fazer essa articulação da rede. Nessa nossa competência, nós estruturamos o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, que é um Conselho bem antigo, acho que dos mais antigos é ele da assistência, e a Secretaria tem dado todo apoio, toda estrutura necessária que a nossa presidente nos requisita e com isso, com o controle social efetivo fiscalizando a nós, Executivo, nós poderemos caminhar mais para a execução realmente do ECA e para que não tenhamos que estar discutindo em qualquer espaço a questão da redução da maioria penal.

Então, como Assistente Social e como trabalhadora da área, quero dizer que sou radicalmente contra a redução da

maioria penal por tudo que já foi dito, e muito bem dito, pela companheira Eliete aqui. Obrigada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Zileide, pelas palavras. Chamo agora para fazer uso da palavra a nossa companheira Conselheira Tutelar do 2º Conselho de Porto Velho, Ângela Fortes.

A SRA. ÂNGELA FORTES – Quero cumprimentar a todos na pessoa do Senhor Presidente Hermínio Coelho, e dizer a todos que a situação é mais precária do que nós falamos aqui em relação a reduzir a maioria penal. Nós podemos dizer, Conselheiros Tutelares, um exemplo lá do nosso Conselho que já foi falado aqui, que desde janeiro não tem telefone. Reduzir a maioria penal é justificar a inoperância dos três governos, municipal, estadual e federal, e também do poder público que não consegue trabalhar as políticas públicas, que não consegue se fazer pela criança e o adolescente, que não consegue pagar um real pela educação e sim noventa centavos, mas consegue justificar a sua inoperância pagando cinco mil reais para encarcerar adolescentes, é justificar, sim, a inoperância, porque quando o governo encarcera adolescentes, está sendo inoperante por quê? Já até perguntaram para mim, Presidente. Você encarceraria seu filho? Não, porque eu não criei o meu filho para colocar em um chiqueiro, como porco, sempre falei, a Zilene, que me conhece, minha amiga, muito obrigada por você falar meu nome, mas eu tenho que dizer aqui. Quando é que vocês já viram a imprensa entrar no presídio dos menores e mostrar o que acontece lá? Só em rebelião quando pega, corta a cabeça de um adolescente e se enterra como indigente, como já aconteceu aqui em Porto Velho, será que foi indenizada aquela mãe? Não foi, eu acredito que não, coisas que acontecem, como assim, eu acho que você é bandido, às vezes você vai preso, isso já aconteceu até com o filho do Presidente, segundo eu tenho visto pela mídia, não vai acontecer com alguém que não conhece a lei?

Agora vamos falar um pouco dos órgãos que trabalham com controle de políticas públicas. É muito bom que tenha muita gente aqui do interior para saber o que acontece. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tem o controle, que deve ter o controle em relação às políticas públicas, Conselho Estadual e Municipal. Como está o fundo dos Conselhos Estaduais? Eu estou sabendo que está no Ministério Público uma ação contra o Governo do Estado e cadê o Ministério Público que eu quero ver aqui, que eu estou procurando quem está representando o Ministério Público? Quem está representando o Governo do Estado? Que eu quero dizer aqui para as instituições do interior para apoiar o Conselho Estadual, porque são quase treze milhões que já era para ter colocado no fundo para apoiar as instituições, pelo que eu fiquei sabendo. Não tenho documento, mas acompanho o que acontece, sou militante na área da criança e adolescente. O dinheiro de doze milhões e se for corrigido acho que chega a uns treze, quatorze milhões. E a cara de pau do Governo do Estado ainda quer burlar a área da criança e do adolescente. Burlar como? Oferecendo mixarias em relação, eu falo porque nós conhecemos, e eu digo mais, aquela reportagem que saiu no *Fantástico*, saiu daqui de Porto Velho, fomos nós que ligamos para o *Fantástico* para fazer, Deputado Hermínio, uma

varredura a nível nacional para ver como são encarcerados os adolescentes. Vou dizer mais, tem adolescente lá que você pergunta que não matou, não, são usuários de crack e cocaína e maconha, e que nós fazemos? As instituições no interior têm que chegar mais ao Conselho Estadual, e a de Porto Velho também, e cobrar, e o Governador, Senhor Presidente, juntar aqui com os Deputados para cobrar que o dinheiro do fundo seja colocado sim, e não é mixaria, não, sabe por quê? Quando se protege o jovem, protege todos os lares, porque no Brasil se aplicou na sociedade, sei que foi pedido só cinco minutos, mas é importante o que eu estou dizendo aqui, Dom Moacir.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pode falar mais. Pode falar à vontade.

A SRA. ÂNGELA FORTES - Falo mesmo, sabe por quê? Obrigada, viu, Deputado Hermínio. É porque assim: nós às vezes, olha só o Conselho Estadual, tem muitas instituições, algumas que são ligadas ao Governo e que se faz o trabalho dele, mas aquelas que precisam realmente do dinheiro para fazer seus projetos no interior e em Porto Velho estão fechando as portas, sabe por quê? Ninguém sabe, o dinheiro é para entrar, quatro milhões no ano atrasado, entrou algum dinheiro no Conselho Estadual? Não, que eu sei, porque eu acompanho e se o Conselho Estadual não sabe, eu já sei que tem uma ação no Ministério Público e que está parada, mas tem que dar improbidade administrativa, que seja para o Prefeito, que seja para o Governador e que seja para Presidente da República, o que nós não podemos aceitar é justificativa de inoperância, gente. - Ah! dinheiro volta para Brasília. Olha, quando é que a imprensa entrou aqui no regime de internação e mostrou para a sociedade? Nunca. Olha, e só para vocês saberem, aqui não tem regime de internação, tem cadeia de menores. Na cadeia que é melhor, melhorzinha a cadeia, é onde ficam as adolescentes, tem uns três meses, três não, dois meses que eu estive lá, tirei umas fotos de alguma coisa que estava errada lá e era pouquinha coisa, vocês sabem o que aconteceu? Nós somos órgãos fiscalizadores. Nós estivemos para não dizer que não estava abusando, Eliete, da autonomia nossa e por não ter conhecimento das pessoas, aceitamos tanto o primeiro e o segundo Conselho Tutelar que fôssemos escoltados praticamente até o Ministério Público para levar para o Promotor, Dr.. do regime de Sócio Educativo de internação, para levar as fotos das coisas erradas que lá estavam.

Então, e não era tanta coisa, e vou dizer mais, lá não se tinha e não leve como eu estou aqui dizendo, não, é como denúncia, viu, Deputado, pegue isso como denúncia e se estiver alguém do Ministério Público que pegue como denúncia, estou fazendo uma denúncia aqui, não estou falando mal, não, é a realidade. Olha só, não tinha um quadro negro para as adolescentes estudarem, e depois vem dizer que é regime socioeducativo onde se paga noventa centavos, foi para este ano, uma criança na sala de aula, noventa centavos, cadê aquele meu amigo que está lá, que disse que é a favor da redução? Eu quero que ele esteja do meu lado, quero convidar ele para conhecer o chiqueiro que é nesse Brasil em relação ao encarceramento dos menores. Ah! mas é feio falar menor. Falo, menor e adolescente para mim o que vale é o que está acontecendo na realidade, Deputado Hermínio, porque é um

adolescente. Cadê, quem é que está aqui do regime de internação para dizer quanto custa um adolescente? Quem? Quem é que pode subir aqui e dizer: Conselheira Ângela Fortes, custa mil reais, dois mil, três mil. Sabe por que não vão dizer? Porque é uma vergonha encarcerar adolescentes num lugar que não ressocializa com noventa centavos, nós fazemos isso para educar nossos filhos, agora, com cinco mil reais o Governo do Estado não tem coragem de fazer sequer uma parede e uma cadeia, porque nós estivemos lá, por isso veio o *Fantástico*, porque quando nós chegamos lá tinha um adolescente defecando dentro de uma garrafa Pete, não tinha parede, o lugar é horrível, e se meu filho, Deputado Hermínio, cometesse um crime, ele ia sim porque eu moro em Porto Velho há vinte anos e tenho uma vida ilibada e todo mundo me conhece e sabe disso. Agora, se você me perguntar se eu ia colocar o meu filho ali, não, porque ali não é lugar para ninguém, o que nós precisamos é que o Governo assuma o seu trabalho, faça, represente o que nós colocamos nas mãos dele, não só o Governo, os Deputados, os Vereadores e cada um fazer nossa parte. Estamos fazendo nossa parte e não vamos deixar o Governo do Estado não dar o dinheiro que é de direito ao Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. Vamos, sim, cutucar o Ministério Público para que ele mova essa ação de improbidade administrativa quanto ao Governador do Estado se ele não depositar os quatro milhões este ano, que segundo informação já foi retirado uma parte do dinheiro e tem até uma palavra aqui que eu, contingenciado, que essa aí eu não ia lembrar e escrevi.

Então, Deputado, só para encerrar, eu quero solicitar da Casa que pegue a maioria dos Deputados que tem filhos e que não têm, e que terão netos, e vamos em cima do Ministério Público para ele fazer e cumprir com a Lei, é fiscal, tem que fazer cumprir com a Lei, vamos fazer o Governador do Estado depositar o dinheiro para as políticas públicas.

Nosso muito obrigado como Conselho Tutelar; meu muito obrigada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Ângela. O que a Ângela falou na tribuna a nossa Presidente aqui do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente já tinha falado que são três anos, quatro milhões por ano, três anos não cumpriu nada e o mês passado o Governo mandou para cá, aqui para nossa adjunta da SEAS, que eu sei que é servidora pública, não tem nada a ver com aquela incompetência toda que tem lá. A senhora não é a responsável, eu sei que a senhora não tem culpa, eu sei que vontade de fazer muito a senhora tem, não tem é condições, que eles não dão. Eles mandaram para cá, remanejando da SEAS dois milhões e oitocentos, dois milhões e oitocentos era quase um ano o dinheiro que era para passar para os Conselhos e remanejando para publicidade, Deputado Ribamar, dois milhões e oitocentos, só de uma porradinha só, remanejamento para publicidade, para fazer essa publicidade mentirosa que ele faz toda hora na TV, que ele agora pegou a onda do Roberto Sobrinho, mente demais, parece que nós estamos na Suíça ou na Dinamarca e ele não paga é ninguém, os fornecedores dele estão quebrando, os miseráveis dos empresários que prestam serviço para o Governo está tudo quebrado e os trabalhadores, enfim, está um caos o nosso Estado, infelizmente. E, Ângela, o Ministério Público, com

certeza, se eu não conseguir apoio da maioria dos Deputados, a gente vai encaminhar para o Ministério Público, mas quem tem que fazer o Governo cumprir rápido, a justiça não tem como fazer rápido, só quem pode fazer o Executivo cumprir rápido as obrigações dele é o Legislativo, mas aí eu não faço sozinho, porque se eu fizesse sozinho eu duvidaria ele atrasar um dia, eu preciso da maioria dos Deputados. E aqui, infelizmente, o Governo sempre teve uma maioria absoluta aqui para votar a maioria dos projetos dele e infelizmente nós, os Deputados, a maioria da Casa não tem feito o papel bom aqui no sentido de fiscalizar, não tem feito, aqui o que a gente consegue a gente denuncia para o Ministério Público, Tribunal de Contas, na Assembleia mesmo não conseguimos ainda, mas eu vou, a coisa está ficando tão feia que eu espero que os nossos Deputados a cada dia, daqui a pouco os nossos Deputados vão ver que eles não podem naufragar junto com esse Governo, os nossos Deputados vão tomar atitude e eu vou cobrar e nessa Audiência dia 22, nós vamos enquadrar esse Governo a pagar o mais rápido possível esse dinheiro que eles estão tirando desse Fundo para pagar a folha, para pagar a folha.

Chamo agora o Samuel Costa, Presidente do Partido PTB Jovem.

O SR. SAMUEL COSTA – Bom dia a todos e a todas. Para nós é motivo de alegria e satisfação pessoal estar aqui nesta Casa de Leis discutindo. Esta Audiência Pública de tanta valia, Pastor Rubens, a respeito da redução da maioridade penal. Gostaria aqui de cumprimentar o Presidente Hermínio Coelho, o Deputado Ribamar Araújo, Ouvidor desta Casa de Leis, sempre defensor proativo desses movimentos sociais. Aqui também gostaria de agradecer toda a juventude que se faz presente, da juventude Frente Social Alternativa, a Emile, a Sandra Lima, nosso jovem Javier Nunes, grande liderança política jovem da Zona Sul de Porto Velho; professor Jackson, que há mais de duas décadas acompanha esses movimentos sociais.

É inadmissível em pleno século XXI a comunidade juvenil no Brasil, no Estado de Rondônia, estar sendo usurpada dos seus direitos e no dia de hoje, sequer, o Governo do Estado manda um representante da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia, o senhor Emerson Castro não se faz aqui presente, sequer, Presidente Hermínio Coelho, delegou a função a alguém que viesse representar, pelo menos fingir que está preocupado com a juventude. E no ano de 2010, grande parte da comunidade juvenil do Estado de Rondônia depositou voto de confiança ao Senhor Governador Confúcio Moura como forma de protesto, porque, na ocasião, nós vínhamos, Pastor Rubens, até pensando: - Ah, o Ivo Cassol não trata a educação como prioridade porque ele não tem curso superior, não tem o ensino médio completo. E deu um voto de confiança para um médico, e aí a gente só pode falar de educação quando sequer, pastor Rubens, a gente frequenta o banco de uma escola. E hoje o que está ocorrendo é que o Estado de Rondônia arrecada mais de seis bilhões de reais, 25% que a Lei de Diretrizes de Bases da Educação, LDB, prevê, fala o que tem que ser investido na Educação e nós não temos sequer políticas públicas preventivas, sistemáticas, no que se diz respeito à educação básica. Hoje os nossos jovens, discutir a redução da maioridade penal, é um retrocesso ao processo democrático, é uma ofensa à Declaração Universal de Direitos do Homem, e estão tentando

de certa forma, Presidente Hermínio Coelho, ludibriar, nunca se viu na história do Brasil, a mídia está sendo tão corrompida como está sendo e levando uma informação distorcida. O que nós precisamos, de certa forma, David, é criar políticas públicas preventivas, sistemáticas, criar mecanismos de fiscalização, um bilhão e meio de reais a SEDUC administra, e a gente tem pago essa concepção errônea, equivocada, Conselheira Ângela Forte, e parar com esta síndrome de vira-lata, complexo de inferioridade e sair às ruas, mostrar que este Estado tem dono, o dono dele somos nós.

Estão rasgando a Constituição Federal no artigo 288, que prevê como causa pética a não redução da maioridade penal. Paulo Freire, um dos nossos maiores educadores que existiu no Brasil, sempre defendeu no seu livro *Pedagogia do Oprimido* a importância que nós temos em ter que debater esse papel mandamental que é a nossa Constituição. Hoje nós não temos educação, agricultura, saneamento básico, mas, acima de tudo, o mínimo para se ter a educação, pessoal. No mês de abril de 2012, nós tivemos o desprazer de fazer uma matéria a qual um jovem do Bairro Nacional, que chegou a suicidar-se, por nome Saulo, jogou-se de uma torre e ali, então, os órgãos de controle de fiscalização não se fizeram presentes, Dom Eduardo, para tentar minimizar o sofrimento da família daquele jovem. Quantos Saulos, quantas Marias terão que chegar ao suicídio por não ter sequer oportunidade mínima suficiente de ter oportunidade no mercado de trabalho, ter a sua inserção em educação, porque hoje, Presidente Hermínio Coelho, o que a gente observa é que o que o Governo do Estado de Rondônia e grande parte dos nossos políticos no Brasil, Deputado Ribamar Araújo, não investem em educação porque educação, infelizmente, não dá voto, Pastor Rubens, e a gente tem que sair às ruas, tem que parar com essa concepção de ter que achar que isso é uma fatalidade, quando muito, pelo contrário, o que nós devemos fazer de certa forma é abrir o olho da nossa sociedade, difundi esse papel, Professor Jaime, nas escolas públicas, porque filho de políticos, filho de médico, filho de juiz, eles não têm compromisso nenhum com a gente, porque querem reduzir a menoridade penal para os 16 anos? Porque esses menores de 16 anos que estão em conflito com a Lei, menor infrator, estão começando a entrar na casa de Senador, estão começando a entrar na casa de Deputado Federal, e para dar uma resposta sensacionalista à sociedade, que de certa forma grande parte é alienada, eles tentam nos ludibriar mais uma vez.

Então, a gente pede encarecidamente aqui a cada um dos senhores Deputados que fiscalize a aplicabilidade. A ex-secretária Isabel é uma mulher prepotente, uma mulher soberba que sequer dá uma mãozada de farinha para o município de Porto Velho, as nossas escolas públicas no Bairro Nacional, a qual o Pastor Rubens aqui do COMEP, faz parte da JOCUM, que é uma Instituição dos Estados Unidos onde abrigam crianças ali da localidade do Bairro Nacional e adjacências, ano que vem tudo leva a crer que não vai mais poder existir JOCUM, e quando a gente começa a questionar a respeito da aplicabilidade desse um bilhão e meio de reais, a gente não sabe para onde vai parar o dinheiro. O que a gente sabe, Presidente Hermínio, é que tem muita camioneta que a gente pode comprar por setenta mil, é terceirizada por doze, quinze mil, dezesseis mil e o Tribunal de Contas não vê isso,

porque esses discursos de políticos populistas, celetistas, carismáticos, não levam a nada e esse impasse de ter que reduzir a menoridade penal para os 16, 14, 10 vai chegar num determinado momento que só pelo fato da criança nascer numa periferia e ser pobre vai ter que ser preso. Porque o que a gente não tem é oportunidade suficiente de discutir isso em nível nacional. E gostaria aqui de deixar o meu repúdio, Jonas Mineli, ao Senador do seu partido, o Senador Acir Gurgacz, ao invés de estar brigando para trazer emenda parlamentar para o Estado de Rondônia, é proponente de um Projeto de Emenda Constitucional de uma PEC que é a favor. Pessoal, isso é dar um tapa na cara de cada um dos senhores que estão aqui presentes. O camarada é Senador da República e ao invés de estar preocupado em criar políticas públicas para a juventude, eu acho que o Leonel Brizola está se retorcendo no túmulo agora por ver uma patente, legalidade e arbitrariedade em pleno século XXI.

Então, a gente deixa aqui o nosso repúdio a cada um dos senhores, os 12 amigos ali que demonstraram contrário a não redução da maioridade penal, começa a expandir um pouco os seus horizontes, ver sua vertente, não leve somente pelo lado pessoal, porque às vezes, - ah! eu fui assaltado por um menor e ficou impune, ficou rindo da minha cara. O que a gente precisa é de uma política preventiva sistemática. E aqui, Djalma, a gente agradece a cada um dos senhores que estiveram presentes, uma população do município de Porto Velho que tem mais de quatrocentos mil habitantes, nem sequer se fez presente 0,01%, é porque, infelizmente, nós não temos tratado como prioridade a educação, e a educação é uma fonte basilar de todas as nossas declarações. Não existe, de 1940 até 2013 mais 136 alterações em nosso Código Penal brasileiro, então a solução para o nosso problema não está em aumentar, deixar uma pena mais rígida, mais severa, Pastor Rubens, e sim em criar um modelo de conscientização política temática no que diz respeito à educação. Nós agradecemos a oportunidade e que vocês aqui, amigos, possam expandir porque o preconceito, ele nada mais é do que fruto da má informação. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Samuel. O Samuel falou uma coisa interessante, enquanto eu não tenho quatro milhões para cumprir o que foi aprovado no orçamento e já está com três anos sem cumprir, eles pegaram, inclusive tentaram jogar a culpa em mim, eles pegaram o ponto, quando o Confúcio recebeu o governo do Cahulla, o contrato de vigilância das escolas era dezoito milhões/ano, mais ou menos um milhão e seiscentos/mês, aí o Confúcio dizia na campanha que esse contrato era superfaturado e quando ele ganhasse ele iria acabar com essa farra dos esquemas da vigilância aqui no Estado. Bom, ele assumiu, ele ganhou, sabe o que ele fez? Levou o contrato de dezoito milhões que era ano, um milhão e seiscentos/mês, levou para cinquenta e sete milhões, quatro milhões e oitocentos/mês, aí hoje o Estado está quebrado. Hoje eu vi uma nota lá, o cara todo contente dizendo que já tem dinheiro para pagar o décimo terceiro dos trabalhadores no final do ano. E dizendo que o profeta aqui, que ele fala que eu sou profeta, mas não estou acertando mais, porque eu falo. Mas ele, todos os anos o Governo pagava a primeira parcela do décimo no meio do ano e não pagou, e ele está raspando,

tirando casca de melancia da boca do porco para tentar pagar o décimo terceiro no final do ano, inclusive esse dinheiro do fundo da criança e do adolescente ele tirou para isso e não é de hoje, não, ele vem tirando, inclusive o repasse da Assembleia ele chega aqui no final do mês: - “Olha, Hermínio, segura.” Porque é dia 20 a obrigação dele passar para os Poderes o direito dos Poderes. “Hermínio, se nós repassarmos para a Assembleia nós não podemos pagar o salário dentro do mês.” Eu digo: - “Olha, paga o salário dos trabalhadores do Estado e na hora que vocês puderem passa para nós. Eles estão descumprindo a lei, todo mês ele vem e pede, e eu: - tudo bem, não tem problema nenhum, a Assembleia tem condição de ficar aqui um mês sem receber e bancar a folha dos trabalhadores da Assembleia, nós não vivemos aqui, graças a Deus, nós estamos é devolvendo dinheiro para os municípios em vários projetos que aí, não estou devolvendo para ele, estou devolvendo para os municípios, porque devolver para seu governo eu não devolvo nada. Aí, como eu te falei, quando a Ângela cita, eu ainda cito um negócio de noventa centavos, não pode ser nem um real redondo, tem que ser noventa centavos, é uma esculhambação, é um negócio sem lógica, não tem lógica nenhuma, é uma brincadeira. Agora, para mim, duro não é eles fazerem isso, duro é nós aceitarmos tudo isso quietinhos, nós aceitamos, nós gostamos de ser enrolados mesmo.

Passo a palavra agora para o nosso Padre Jaime Gusbert, pároco da Paróquia São José Operário.

O SR. JAIME GUSBERT – Queria saudar então o Presidente desta Casa; Dom Moacir, cada um que veio aqui nesta manhã a esta audiência da redução da maioridade penal, e nós da Igreja, juntamente com a CNBB, vemos que não é o melhor caminho esta redução da maioridade penal. É, sim, necessário, como aqui nós já ouvimos, a aplicação também dos recursos nas políticas públicas e trabalhar toda essa dimensão que nós ouvimos na questão da família, na questão de oportunizar os jovens também uma educação melhor e ver mesmo quais são as causas pelas quais levam eles a esta violência e que os meios de comunicação muitas vezes tomam e colocam o jovem como aquele que é o causador de tudo isso sem olhar o que antes nós temos da educação, da família e também daquilo que o Estado deve assumir para melhorar as políticas públicas e aplicar de fato os recursos na educação e também na oportunidade de que eles tenham um melhor emprego, estudo, um trabalho e fazer com que eles sejam também protagonistas de um tempo novo. Eu, lá na Paróquia São José Operário, nós acolhemos também nesta questão de os jovens que na socioeducativa e nós percebemos que são jogados os jovens e não são acompanhados. Os representantes do Governo, da SEJUS e de outros meios só pedem para a gente acolher nessas medidas socioeducativas, mas depois não são acompanhados, chega o jovem e depois nós precisamos responder o questionário e volta e aí, gente, não tem a presença dessas pessoas.

Então, é um descumprimento também de não acompanhar eles nesta reintegração na sociedade. Então, por isso que antes de a gente aprovar coisas de reduzir a maioridade penal é preciso a gente olhar as causas que levam esses jovens. Então, nós queremos nos unir também para que isso não

aconteça e para que a gente trabalhe resolvendo esses outros problemas que estão mais a fundo dentro da nossa sociedade. E a gente agradece.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Padre, pelas palavras. O meu companheiro Marcos não se encontra, o Francisco Marcos. Chamo agora o nosso Pastor Rubens Gerson que é Conselheiro também do Conselho Estadual.

O SR. RUBENS GERSON – Queridos, boa tarde! Quero cumprimentar a Mesa, Deputado Hermínio, na pessoa do Deputado e do Bispo nós cumprimos a todos e a plenária também.

Queridos, eu não sei se vocês conhecem os locais, as unidades onde são aplicadas as medidas socioeducativas, mas eu tive o prazer e fiquei muito assustado agora junto com a outra Conselheira Socorro, nós fomos lá e conhecemos o local, lá é muito desagradável. Então, eu fiquei assim, eu cheguei à conclusão da seguinte coisa: o Juiz pede para que o Estado encaminhe o garoto, ele acredita que a unidade vai aplicar uma medida socioeducativa, a unidade socioeducativa acredita que está sendo aplicado com êxito o que o garoto necessita e o Ministério Público acredita que está fiscalizando e a sociedade sabe que tudo isso é uma grande mentira, não existe local aqui em Porto Velho, pelo menos que eu conheça, que é aplicada a medida de socioeducativa, existe o presídio para adolescentes, as unidades que eu fui são presídios, é a mesma coisa, uma diferença claro, graças a Deus, mas o garoto fica dentro da cela que era para ser o dormitório, é uma cela trancada, umas que só têm uma porta e outras com grades grossas. Nós estivemos lá conversando com os garotos, eu vi aqui o Professor de capoeira dar aula a cada quinze dias ou uma vez por semana, é uma coisa assim, conversando com os garotos lá.

Então, como é que a gente pode acreditar num sistema desses? Então, eu queria chamar a sociedade, as igrejas aqui, o Deputado Hermínio, ou quem de direito, os meninos aqui, até o próprio Samuel que é um garoto muito querido lá no Bairro Nacional, vamos visitar as unidades lá, vamos lá, vamos saber como é que está a realidade dos adolescentes. Esgoto a céu aberto ao lado das celas, e a garotada está lá. E se a gente esperar somente pela Assembleia, a gente vai ver que vai demorar muito. Então, a sociedade tem que se mobilizar, entrar em defesa da criança e do adolescente de cabeça, visitar as unidades onde as crianças ficam e a gente conseguir fazer algo melhor. Eu acho que alguns conhecem mais a realidade para todos.

Eu estive com o Conselheiro lá, Conselheiro Dj. O Conselheiro DJ comunga do mesmo pensamento. Aquilo ali é uma prisão para crianças e adolescentes, não existe isso aqui no Estado de Rondônia. Eu queria muito assim, eu vejo o Ministério Público, a ausência do Ministério Público numa consulta pública como esta, um órgão fiscalizador que poderia estar ouvindo aqui. Então, eu só tenho a ficar muito chateado, muito alegre com essa iniciativa do CONEDICA e o Presidente nos ouviu aí e logo prontamente atendeu, mas eu fico muito triste com ausências de poderes que poderiam fiscalizar as ações do Estado.

Muito obrigado.

(Às 13 horas e 10 minutos o senhor Hermínio Coelho passou a Presidência ao senhor Ribamar Araújo)

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado aí, Pastor. Queria cumprimentar aqui o Vereador Moraes, da Câmara Municipal de Porto Velho, e ao mesmo tempo franquear a palavra se o Vereador quiser fazer uso esteja à vontade.

O SR. LÉO MORAES – Bom dia a todos! Gostaria de cumprimentar o Presidente por ora em exercício, Deputado Ribamar Araújo a quem eu estendo os cumprimentos a todos os membros da Mesa. Quero cumprimentar aos Deputados que porventura permaneçam e continuam aqui na nossa audiência e a todos os presentes na galeria, a fim de debater um tema de suma relevância, de alta importância para nossa realidade, a gente sempre debate e a gente promove discursos de interação social e de cidadania e afins.

Primeiramente, quero pedir desculpas pelo horário que cheguei, estava participando da CPI das Usinas na Câmara Municipal e também de uma audiência pública que foi proposta pelo Vereador Everaldo Fogaça para tratar da lei dos deficientes físicos, no caso a lei dos portadores de necessidades especiais. Nós estávamos debatendo os avanços e, eu não posso deixar também de estender, aquele debate para essa Casa de Leis. Naquela oportunidade nós estávamos falando e tem que ter um tom crítico nessa discussão da inércia, da inoperância de promover mudanças, e o Poder Público Municipal e o Legislativo, juntamente, em consonância, pela simbiose com o Executivo, nós somos agentes de transformação da sociedade. E nós temos que crer nisso, que nós realmente somos agentes de transformação social, se alguém faz somos nós, ainda que não tenha a representatividade necessária e ainda que não sejam considerados como tal pela sociedade, como um todo, pela sociedade civil organizada. E essa transformação tem que advir dos pequenos mecanismos.

A gente falou lá que acessibilidade é muito debatida, só que ela nunca vem através do princípio da eficiência. É muito fácil a gente discutir, a gente debater. Eu pergunto aqui: quem que é da esfera do municipal que se faz presente aqui? Tem alguém da Secretaria? Da Secretaria não, não é? Tem alguém do Executivo Municipal? Não. Do Executivo Estadual tem alguém? Tem alguém? A senhora é de onde? Da SEAS, isso. Nós também solicitamos quase aos prantos para que a SEMAS se fizesse presente. Então, a gente fica num bate-papo e a gente não tem encaminhamento, as deliberações não são tomadas, e a gente precisa ser proativos, nós precisamos ser propositivos, senão nós vamos continuar debatendo e nada vai acontecer. Desde o início do mandato nós tomamos esta postura em relação à mobilidade urbana, hoje eles estavam falando de acessibilidade. A mobilidade urbana, a discussão, sequer sabiam que existia uma lei, uma diretriz de 2012 que trata da mobilidade urbana no país todo, e que tem que fazer pequenas adequações no município para que essa temática venha com força e seja implementada a política pública. E a gente falou: O que é mobilidade urbana? É a sincronização e harmonização das vias, é a padronização das calçadas, é a criação dos abrigos, dos alimentadores, é, também, o respeito e a dignidade humana no sistema de transporte público coletivo. Hoje o que a gente vê aqui é sardinha, que a pessoa vai como

sardinha enlatada, infelizmente é o que acontece. Eu tive a infelicidade de tomar um ônibus, fui utilizá-lo como usuário, justamente por não conhecer a realidade, e eu queria falar com propriedade, conhecimento de causa. Então, tomei o ônibus, peguei o Grande Circular Sul, e naquele ônibus uma senhora estava com a filha portadora de necessidades especiais, Doutora Waleska, Vossa Senhoria que é uma contumaz defensora da Criança e do Adolescente e do direito do ser humano, assim como toda instituição que roga de grande prestígio, que é a OAB. E ela comentou comigo naquela oportunidade que ela aguardou duas horas e meia até o motorista, juntamente com o cobrador do ônibus, ter a boa vontade de alçá-la, de alçá-la ao ônibus, porque não tem o elevador. E a gente sabe que no contrato celebrado, haja vista que é uma concessão pública, no contrato celebrado nós já temos essa previsão dos elevadores, assim como do climatizador e tantas outras cláusulas contratuais que são descumpridas.

Então, isso é de gerar perplexidade. É de nós começarmos um debate e não conseguirmos finalizar, e não conseguirmos finalizar esse ciclo de discussão. É muito importante que se faça, que se promova, que dialogue, que entre em conflitos de ideias em divergências, mas que daqui saia um direcionamento. A gente está discutindo aqui sobre maioria penal, também eu acho que como outras autoridades, como outras pessoas já também suscitaram essa discussão, eu também sou contra a redução da maioria penal, eu acho que o problema não é esse, acho que o problema é a inserção através de atividades culturais, é a valorização enquanto ser humano. A gente vê hoje o que a criança, o adolescente, o jovem tem de inserção através da cultura, através do esporte, através do lazer em Porto Velho, que é a minha realidade. O que é que nós temos hoje? Nós temos pontos ociosos, pontos escuros que beiram o convite à marginalidade, que beiram o convite ao primeiro contato com as drogas. O que é que nós temos? Antigamente nós tínhamos, eu acho que é aos trancos e barrancos, a Casa da Juventude na Zona Leste, que eu também pedi informações quanto ao requisito legal da Casa da Juventude, mas nós tínhamos algo. Hoje nós não temos nada, Deputado Hermínio, aqui para inserir o jovem. Cadê o estágio supervisionado que existia no Município de Porto Velho? Hoje nós também não temos, há anos também, vamos dar de César o que é de César, há anos, da gestão passada também não tinha. Então, como nós vamos promover as melhorias se não inserimos os jovens, e eles continuam à beira da sociedade e à beira do Poder Público. E nós precisamos de alguém que estenda a mão, e alguém do Poder Público que estenda a mão para a nossa criança, para a nossa adolescente e para os nossos jovens. E é o que não tem acontecido, temos que ter políticas públicas bem traçadas, bem encaminhadas, a partir do Executivo Municipal. O nosso Executivo Municipal ainda não inseriu na sua agenda, no calendário políticas públicas para a nossa juventude, ela não inseriu, por mais que a Coordenadoria de Políticas Públicas para a Juventude tenha o interesse, o Município, o Prefeito ainda não demonstrou a sensibilidade necessária para tratar desta causa. Infelizmente, nós já promovemos vários debates, audiências públicas foram promovidas por mim, eu que fui o proponente, assim como outros Vereadores, já apresentamos vários projetos de leis, já encaminhados,

aprovados e mais uma vez sequer cumpridos, e se existe lei ela tem que ser cumprida, no mínimo.

O Prefeito atualmente ele se preocupa em legislar ao invés de ser um executor, ele ainda não sabe o que é ser gestor público, ele não sabe qual o comportamento que o Prefeito tem que tomar numa cidade com 500 mil habitantes, uma cidade que está carente, necessitada e não tem ponto de entretenimento, ponto de cidadania, ponto de bem-estar, ponto de felicidade para a família, que a família com certeza é o maior elo, e com certeza ela é o local onde se subsiste o carinho, a atenção e o primeiro contato das principais diretrizes da cidadania. Temos que promover cidadania, temos que debater, mas precisamos da participação da Prefeitura, do Governo do Estado para fazer essa mudança. A mudança que queremos ver temos que fazer no nosso dia a dia, quem não luta pelo futuro que quer deve aceitar o futuro que vier. Então, vamos à luta, mas vamos irmanados e todos abraçados, senão nada vai sair do papel e esse debate de nada vai acontecer e de nada vai adiantar. Muito obrigado.

(Às 13 horas e 15 minutos o senhor Presidente Ribamar Araújo passou a Presidência ao senhor Hermínio Coelho)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Vereador Léo. Vou chamar agora para fazer uso da palavra a senhora Roberta Mageski, representando a UNE – União Nacional dos Estudantes.

A SRA. ROBERTA MAGESKI – Bom dia a todos e a todas. Gostaria de saudar a Mesa na presença do Deputado Hermínio; na presença do Deputado Ribamar Araújo; agradecer a presença da Cris aqui, que fortaleceu o nosso debate sobre Políticas Públicas para a Juventude; e agradecer ao Léo pela fala, o nosso Vereador muito atuante na área da juventude na Câmara de Porto Velho, e é isso.

Como tratar da redução da maioria penal se as nossas escolas elas não condizem hoje com a realidade dos estudantes? Nós da União Nacional dos Estudantes, nós defendemos a reformulação do Ensino Médio. Uma Escola muito mais atrativa, muito mais, porque hoje os estudantes eles têm muito mais tecnologia no seu celular do que na sala de aula, na escola, o que nos causa grande evasão. Debater Políticas Públicas para a Juventude hoje é de fundamental importância. Temos hoje, senhor Deputado Hermínio, a Gerência de Juventude no Governo do Estado e a Coordenadoria Municipal de Juventude de Porto Velho, as duas entidades, Governo e Município, não dialogam com a Juventude? Como a gente vai construir Políticas Públicas de órgãos que são para a juventude que não dialogam? Precisamos, sim, fortalecer essas Políticas Públicas para a juventude, fortalecer, sim, o Conselho da Criança e do Adolescente, punir a juventude por um problema social é muito fácil, é você pegar e fazer aquilo que nós chamamos de higienização da sociedade, você vai tirar o pobre, o negro, o pardo da sociedade por pequenos delitos, enquanto a injustiça ela para, a justiça ela não funciona para as classes médias, e isso é um problema muito grande, a mídia tem pautado muito ferreamente a questão da redução da maioria penal. No nosso Estado, Deputado, os jovens sempre são notícia, notícia nas páginas policiais, é impressionante como no horário do

meio dia nós perdemos o nosso tempo assistindo apenas os nossos jovens da periferia sendo presos, encarcerados, nós não vemos medidas de proteção, nós não vemos medidas de prevenção e nem de ressocialização. Temos ali fora o Projeto Criar que é feito dentro das Unidades Socioeducativas e não é divulgado, como é que nós vamos diminuir ainda mais a maioria penal sendo que a gente só está criando mecanismo de prender, punir pobre que mora na periferia. Nós queremos, sim, um sistema muito maior, e quando o Estado não proporciona educação de qualidade, quando não garante saúde, quando não garante lazer e proteção à infância, quando o braço forte da lei só atinge o mais pobre, quando não há políticas públicas para desconcentrar a renda e permitir às famílias que possam sair da miséria e viver com dignidade, quando não oferecemos oportunidades a crianças e adolescentes, sobretudo aqueles que estão em situações mais vulneráveis, como acreditar que é possível conter a violência, Deputado, quando a gente não cria mecanismos de alternativa para a nossa juventude, para as nossas crianças?

Eu acho que isso tem que servir muito de reflexão para os nossos gestores e contamos com esta Casa de Leis para pressionar o nosso Governo a mudar esse tipo de política, vamos pautar coisas mais sérias, vamos pautar a melhoria da educação, da valorização do professor, e é isso que eu tenho para dizer hoje. Obrigada e desculpe aí.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Roberta, pelas palavras.

As Coordenadorias que a Roberta citou do Estado e dos Municípios, as Coordenadorias da Juventude, na maioria das vezes, em vez de fazer o papel delas buscando discussões e políticas na área, não, ficam puxando o saco do Prefeito e do Governador e nada fazem de prático pelo segmento que elas representam, infelizmente é assim. Porque também se não puxar o saco eles demitem.

Chamo agora para fazer uso da palavra a Sra. Maria Elisângela, Presidente do Conselho do Direito da Criança e do Adolescente do município de Buritis.

A SRA. MARIA ELISÂNGELA – Bom dia a todos os presentes, o pessoal da Mesa, bom dia.

Bom, além de ser Presidente do CMDCA de Buritis eu também sou socioeducadora no município, e eu venho aqui falar em nome dos socioeducadores do Estado. Os socioeducadores do Estado não recebem apoio nenhum da Secretaria de Justiça, então, nós clamamos que se crie a Subsecretaria de Socioeducação e não de medidas socioeducativas, porque, como diz a minha amiga Eliete, socioeducação é o que vai mudar o futuro dos nossos adolescentes aqui no Estado de Rondônia e não medidas socioeducativas que já estão sendo executadas aí, como diz, os nossos “presídios mirins”, nos nossos “ursinhos infantis”, porque as Unidades de Internação tem sido assim.

No meu município não há Unidade socioeducativa, fiz o concurso para lá, porém nunca exerci a função, trabalhei no presídio durante três anos e agora estou implantando o Núcleo de Medidas Socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade no município. Então, os

servidores estão fazendo a função do Estado que se omite da responsabilidade.

Então, que esta Casa de leis crie a Subsecretaria e não extinga de forma nenhuma a Coordenadora, porque aí sim, nós vamos ser penalizados, a sociedade vai pagar pela omissão do Estado. É isso que tenho a falar. Muito obrigada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado à Senhora.

Agora o último inscrito, o nosso Deputado Ribamar Araújo.

O SR. SAMUEL COSTA – Senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

O SR. SAMUEL COSTA – Só para implementar aqui a sua fala no que o senhor diz a respeito aí de puxa-saco, é verdade mesmo. No ano de 2012 nós fomos convidado pelo ex-Deputado Federal Mauro Nazif e atual Prefeito do município de Porto Velho, nós estávamos ajudando na Coordenaria de Políticas Públicas e da Juventude e quando a gente não puxa-saco, Léo Moraes, é a mais pura e genuína verdade, a gente realizou, ele me chamou para a gente ajudar contribuir na Coordenadora, e quando nós, a gente falou a verdade, falou assim: Oh! Prefeito, a gente vai ajudar, mas a gente quer fazer um trabalho de conscientização com os jovens e foi realizado o “movimento *Harlem shake*” dos viadutos o qual pedia a retomada das obras por parte da Prefeitura do município de Porto Velho e na ocasião, em um ato desumano, covarde, antidemocrático, ele nos exonerou no outro dia. Então, isso é a mais pura e verdadeira, porque a pessoa tenta falar a verdade e às vezes acaba sendo taxado porque não tem que falar a mesma língua e esse negócio de ser puxa-saco não vinga muito, não, no século XXI.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está com a palavra o Deputado Ribamar Araújo.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Exmº. Sr. Hermínio Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa e proponente desta Audiência Pública; Exmª. Sra. Epifânia Barbosa, não está mais presente aqui; Exmº. Sr. Juiz, Marcelo Tramontini, Juiz de Direito do 1º Juizado da Infância e da Juventude; cumprimento o Dr. Edvaldo Caires Lima, Subdefensor Público Geral do Estado de Rondônia; Exmª. Sra. Ana Waleska Duarte, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, representando a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RO; Reverendíssimo Dom Moacyr Grechi, Bispo Emérito da Arquidiocese de Porto Velho; Sr. Jonas Minele, Coordenador Municipal de Políticas Públicas para a Juventude, representando o Prefeito de Porto Velho; a Sra. Eliete Cabral, Coordenadora Técnica do 1º Juizado da Infância e da Juventude de Porto Velho e a Sra. Cristiane Barbosa, representando as Juventudes Organizadas. Queria cumprimentar aqui a querida amiga Vereadora Márcia Regina, do Município de Ji-Paraná, da mesma forma saudar a Vereadora Ida, também do Município de Ji-Paraná; saudar o Vereador Léo Moraes, da Câmara Municipal de Porto Velho; saudar aqui o companheiro Paulino, companheiro de partido e ex-Prefeito de Alvorada do Oeste;

cumprimentar aqui a amiga Socorro, presente aqui a esta Audiência, o Samuel, representando aqui a Juventude do PC do B; a Sra. Elisângela, lá do Município de Buritis, a quem quero mandar um abraço àquele povo querido lá da cidade de Buritis; cumprimento o Itamar da CUT, acho que não está mais presente aqui, mas pediu que eu fizesse aqui uma manifestação de apoio a essa greve dos bancários e nós sabemos que a sociedade está sofrendo muito com esta greve, mas, infelizmente, os banqueiros e os bancos são os que têm os lucros mais exorbitantes deste país e querem pagar os salários mais aviltantes aos seus funcionários, por isso, por mais que estejamos sofrendo, nós não podemos nos posicionar contra esses trabalhadores do sistema bancário. Cumprimentar a representante da UNE, que usou a palavra antes de mim; cumprimentar o Paulo Benito e em seu nome cumprimentar toda a imprensa aqui presente; cumprimentar a Dilma, funcionária aqui da Casa, nossa companheira de trabalho.

Minhas senhoras, meus senhores, queria reverenciar a atitude do Presidente Hermínio chamando esta Audiência Pública para um tema de uma importância muito grande e eu tenho certeza que ouvindo aqui os que falaram anteriormente a mim, um certo protesto por estar neste momento discutindo esse tema e eu tenho certeza que se o nosso país tivesse uma qualidade da educação compatível com a importância econômica do nosso país, com certeza nós não estaríamos aqui discutindo tal tema, mas também reconhecer que nada é tão bom, nada é tão perfeito que não possa ser melhorado e é nesse sentido que ouvindo aqui as mais diversas pessoas e todas aqui que eu ouvi foram unânimes em condenar a omissão do Estado, em condenar tudo, o desprezo, o descaso que o Estado faz em relação às condições, em relação de não dar as condições para o desenvolvimento físico e intelectual das nossas crianças e adolescentes.

Falou aqui o Juiz de Direito e eu queria só rebater, dizendo que tudo isso que nós condenamos do Estado, toda essa omissão do Estado, ao mesmo tempo não podemos justificar pela leniência das leis punitivas. Eu acho que não pode haver uma incompatibilidade entre tudo que nós queremos cobrar do Estado, tudo que nós queremos condenar pela omissão do Estado e ao mesmo tempo não cobrar também que a lei seja muito rígida em relação à punibilidade, porque está sofrendo muito a nossa sociedade. E eu sou um dos políticos que com certeza, haja o que houver, eu nunca vou estar desconectado dos anseios, dos desejos da nossa sociedade, por isso eu não vejo absolutamente nada, nenhuma incompatibilidade entre essas duas coisas. E eu tenho certeza também que o Estatuto, o ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente, uma das melhores coisas que nós temos neste país, se ele tivesse tido o cuidado de não ter sido leniente nessa punição e aos que falaram aqui, sempre disseram que a sociedade acha que não existe punição para os adolescentes que praticam os delitos e eu não vejo exatamente dessa maneira, eu vejo certa leniência, apesar de falar aqui com moral de quem, se dependesse de mim, a situação não só da criança e do adolescente, a situação da violência de um modo geral neste país não tinha chegado ao nível que chegou. Tem muitas coisas neste país que a gente, muitas vezes tem que tomar uma providência para salvar aquilo que muitas vezes é mais sagrado, que é o bem-estar do nosso povo. Eu lembro, não tem nada a ver um assunto com outro,

mas eu lembro que uma das coisas que melhor nós tínhamos nesse país, para os pobres que precisam do medicamento, era aquela Central de Medicamento, chamado CEME e aquela Central de Medicamento teve que ser extinta, embora se visse muito povo lá na ponta e o remédio que a CEME produzia fez e está fazendo muita falta à nossa sociedade mais carente. E vocês sabem por que teve que acabar a CEME? Porque era tanto ladrão lá por cima que para o povo era bom, mas o próprio povo pagava dez vezes mais pelo preço daquele medicamento que chegava a suas mãos. Aí teve que o Governo tomar uma providência. Não sei se acertaram ou não, mas muitas vezes acuado pela safadeza, pela ladroagem, teve que tomar uma atitude desse tipo. É como eu vejo neste momento a nossa sociedade acuada, não diferente do que falou aqui o Subdefensor Público, não significa que a sociedade esteja vendo o ECA como tudo que é malefício, como as piores coisas. Não, de maneira nenhuma, a sociedade não está vendo dessa maneira, mas ela está acuada, acuada pela violência, não aguenta mais o sofrimento e ela busca uma saída. Saída essa que o próprio Estado, como todos falaram aqui, que é o culpado pela sua omissão. Todos nós sabemos que nos países aonde não existe tanta violência, é claro que os nossos adolescentes de lá têm todas as condições para o seu desenvolvimento físico e intelectual e se forma, se cria uma sociedade sadia. É isso que nós desejamos para o nosso Brasil. É isso, meus irmãos, que se dependesse de mim, tenho a consciência tranquila de que tudo caminharia dentro das normalidades, porque sempre eu condeno, como tenho condenado veementemente as práticas imundas, sujas de quase 100% dos nossos políticos, mas também falo com envergadura moral de quem não quer e nem tem a ousadia de querer ser perfeito, mas tem o desejo de se aproximar ao máximo da perfeição, porque não só condeno os maus políticos responsáveis por tudo isso de ruim que acontece no nosso país no discurso, eu condeno também na prática, fazendo de tudo a minha parte, procurando acima de tudo dar o melhor exemplo, que é o que eu tenho feito na vida pública, embora reconhecendo as minhas limitações, e aí, a Dra. Waleska sabe como nós lutamos pelos direitos mais elementares do Conselho que ela preside e vê a nossa luta, o jogo de empurra, as barrigadas, como diz no ditado popular, para não atender reivindicação, porque está na lei.

Então, são todas essas coisas que o Estado tem que ser condenado, mas enquanto o Estado não fizer a parte dele, nós não podemos simplesmente dizer que nós temos que esgotar todos os caminhos, cobrando do Estado para depois daí se ver se estamos certos ou não, muito pelo contrário, nós temos que procurar o caminho mais curto para evitar o sofrimento, as mortes que acontecem. Essa matança desenfreada que existe no nosso país, não só partindo dos adolescentes, mas partindo de todos os criminosos, toda essa criminalidade que tem que ser combatida, isso os nossos irmãos, o povo brasileiro não aguenta mais tanto sofrimento, tanta violência, tanto desrespeito aos seus direitos mais elementares e fundamentais que passa neste momento o nosso povo brasileiro. E o povo muitas vezes, quando o Estado se omite, o povo tenta uma solução e muitas vezes a solução que o povo encontra, muitas vezes é traumática, não é exatamente o que é melhor para nossa sociedade. Então, nós temos que, acima de tudo, pressionar de todas as formas que nós pudermos para que o

Governo, o Estado faça a sua parte, deixe de ser omissos para a gente poder caminhar por dias melhores, para a gente não ver tanto sofrimento da nossa sociedade como nós temos visto na atualidade.

Meus irmãos, a minha opinião é esta, eu nunca vou estar desconectado dos anseios populares, isso todo mundo pode ter certeza, por mais que não me entendam, mas eu tenho o direito de ter as minhas próprias opiniões, mas, acima de tudo, saber e transparecer para a sociedade, que se um dia eu estiver errado, que ninguém é perfeito, ninguém é onipotente, mas se um dia eu estiver errado, não é um erro por maldade, é um erro muitas vezes por inocência, por querer, como já disse, ninguém é onipotente. A todos vocês um abraço, felicidades, muito obrigado. Parabéns ao Deputado Hermínio pela Audiência Pública.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Ribamar. Agora vamos fazer os encaminhamentos aqui. Nós vamos tirar desta audiência o relatório e encaminhar para o Senado e para a Câmara, porque lá está tramitando a PEC, essa PEC 33/2012, que lá a intenção mesmo é reduzir a maioria penal. Mas uma coisa é interessante a gente falar aqui, aquele Congresso Nacional, nossa Câmara, nosso Senado, eu lembro da PEC 37 que eles estavam lá, 90% era a favor da PEC 37. Ai foram mil pessoas lá para a frente fazer um movimento, aí mudaram tudo, inverteu, 90% passou a favor. Ali, meu Deus, ali, quando vê o povo não aguenta. Por isso que é importante, se nós sentirmos que eles estão propensos mesmo a votar, se a gente organizar um movimento, com certeza vai ter um movimento no país, dos Estados, dos municípios para que se manifestem e com certeza, o povo estando lá, aí muda a história, o discurso. E o encaminhamento aqui, o Relatório vai dizer que o Estado de Rondônia, porque aqui hoje, Deputado Ribamar, a Assembleia junto com o povo que veio para cá hoje, a sociedade, principalmente as pessoas que mais se preocupam e que vivem o dia a dia essa situação, é contra 100% essa discussão de diminuir, principalmente da forma que eles estão fazendo lá, se for para discutir, discuto, mas não da forma já, fala em discutir, mas já vai, praticamente, como se já fosse condenando: - Não, tem que baixar porque não pode ficar da forma que está. Nós vamos encaminhar, o Estado de Rondônia é contrário a qualquer mudança no ECA e também, no dia da votação, nós vamos organizar a Assembleia, a Câmara dos Vereadores, os Conselhos, o Juizado se mobilizar para ir lá fazer pressão para que ele não venha a fazer nenhum tipo de mudança no ECA. E também, dia 22, a semana que vem nós vamos, na terça-feira que vem, nós já vamos aprovar o Requerimento aqui, convocando o Governo, que é o Secretário da SEAS, o Secretário da SEFIN e o Secretário da SEPLAN, convocando os três Secretários e convocando também o Juizado, os Conselhos, os municípios do Estado, enfim, convocar o Ministério Público, o Tribunal de Contas, convocar não, convidar, no caso; convocar só o governo para que a gente venha a tirar a limpo aqui... Por que nós estamos chamando os três Secretários? Porque o Secretário da SEAS, que é o responsável, ele vai, se ele estiver sozinho ele vai dizer, vai jogar a culpa no

Secretário de Finanças, da SEFIN. Ai o outro vai jogar no Planejamento. Então, nós chamamos logo os três para saber dessa história, por que é que ele não estão pagando, não estão repassando um recurso que é aprovado em orçamento, que teria que estar repassando. Atrasar, tudo bem, mas não estão... Três anos, esse Governo não repassou um centavo ainda para esse Programa. Eu não sei se tem mais alguma coisa. A Vereadora Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA – Permita-me primeiramente tornar solidária ao CONEDICA que enfrenta a ação de reivindicar este recurso para o Fundo Estadual da Criança e do Adolescente, que nós continuemos solidários ao CONEDICA. E ao mesmo tempo, Deputado, que pelo jeito a fortes pressões ao CONEDICA, e é importante que a Assembleia Legislativa esteja atenta a essas pressões que esse grupo de Conselheiros tem recebido. Ao mesmo tempo, em nome do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Ji-Paraná, convidar para essa mesma discussão também, no SINASE, nos dias 20 e 21 de novembro, que vamos discutir essa temática na cidade de Ji-Paraná e já pedi da Assembleia, uma vez que há recursos para publicidade, ser parceiro nessa atividade, custeando as despesas de passagem do André, que é Vice-Presidente do CONANDA, que vai participar, a passagem aérea de Belém a Porto Velho, uma vez que de Porto Velho a Ji-Paraná o CONEDICA participará também conosco desta atividade. Ficarei muito feliz, vou levar com muita alegria a informação, se positiva, desta colaboração da Assembleia Legislativa nessa atividade, através da passagem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O PROERD é um Programa que tem aqui, inclusive isso é fruto da Polícia Militar de Rondônia, que tem em todo o Estado, principalmente nas escolas públicas do município e do Estado, é aonde tem um trabalho muito importante no sentido de afastar os nossos jovens da droga e outras coisas, de preparar os nossos meninos em todo sentido para enfrentar o mundo cruel de hoje, na questão de ética, na questão de moral, na questão de disciplina, na questão de respeito. E esse Programa não tem apoio, o Estado este ano não deu um centavo para esse Projeto e a Assembleia, hoje nós já assinamos aqui um convênio para isso, porque é a Assembleia que vai bancar. Só este ano, parece que é, vamos passar para o Estado quatrocentos e cinquenta mil reais, mas carimbado para essa questão da formação, para o apoio de camisetas, materiais, caderno, lápis, enfim, aquela estrutura básica é a Assembleia que vai bancar. Nós já autorizamos agora quatrocentos e cinquenta mil, saiu do orçamento da Assembleia para o Estado, para o Estado repassar para esse Projeto. E com relação, Márcia, a qualquer coisa, tudo que a Assembleia bancar, para a Assembleia bancar qualquer situação, tem uma burocracia, eu não posso simplesmente chegar aqui e autorizar e já liberar. Tudo tem que ter convênio. Ai, para a gente ajudar essa questão que você falou, desse menino, com passagem, teria que ter, só você vir com o Luciano, com o nosso pessoal aí e ver a forma legal.

A SRA. MÁRCIA REGINA – O CONEDICA, em nome da Presidência vai fazer essa solicitação oficialmente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Aí, se eu achar a forma legal, aí a gente já providencia. Isso aí é um sim.

O SRA. MÁRCIA REGINA – Vale também registrar, Deputado, até mesmo para que a Assembleia esteja atenta, o PROERD é para as crianças e existe também o JCC – Jovens Construindo Cidadania, e parece-me que há muito material no almoxarifado da Secretaria de Educação e esse Programa que é para adolescentes também, que a Polícia Militar realiza, não está acontecendo. Então seria importante verificar, para que tenha essa continuidade de prevenção.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado.

A SRA. ANA WALESKA DUARTE – Quero mais uma vez agradecer a presença dos Conselheiros de Direitos Municipais, os Conselheiros Tutelares, a sociedade em geral, os representantes de entidades que trabalham com a política de criança e do adolescente, os Conselheiros do CONEDICA, colegas advogados que também estavam presentes aqui, autoridades, agradecer também a ilustre presença do Dom Moacyr, da nossa colega Eliete Cabral, que também brilhou no evento com a sua palestra; quero agradecer também a imprensa; quero também agradecer ao Deputado Hermínio Coelho por acolher essa proposta de debater aqui a redução da maior idade penal. Quero agradecer também o Deputado Ribamar Araújo que também já deu apoio ao CONEDICA quando precisou, agradecer também esse apoio. Quero agradecer também a presença da Cristiane, representante do movimento da juventude; agradecer também o Coordenador Municipal de Juventude, Jonas Mineli; quero agradecer aqui também a presidente da UJS aqui presente; o representante também da juventude do PTB; o Vereador Léo Moraes que também veio aqui falar também a favor, falar que é contra a redução da maioridade penal, que apóia e que também é presidente da Comissão, na Câmara dos Vereadores, em defesa da criança e do adolescente.

Então, meu muito obrigada. Eu espero que daqui desse debate de hoje a gente possa sistematizar um relatório, encaminhar também para o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, bem como foi dito aqui, para o Congresso, para a Câmara ou o Senado, que tem a PEC 33/12 que está tramitando lá, embora a gente tenha conhecimento que na Constituição Federal a idade penal é uma cláusula pétrea. O Brasil tem um acordo internacional, embora haja essa tentativa de querer alterar essa cláusula pétrea, o Brasil não pode quebrar esse acordo. Muito obrigada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – E dizer também que dia 22 nessa audiência que está sendo convocado o Governo, a Assembleia, nós podemos, por não cumprir o orçamento e não vem cumprindo já praticamente há três anos, por não cumprir o orçamento, nós podemos responsabilizar e até entrar com pedido de afastamento do Governador por não

estar cumprindo a lei orçamentária. É por isso que eu sempre tenho dito, só quem pode conter Executivos quando comete erros ou crimes, só quem pode tomar medidas rápidas é o Legislativo, é o Parlamento, Ministério Público, Tribunal de Justiça, a justiça toma as providências, mas quando vem a tomar o trem já desandou, porque lá é demorado. Agora, o Legislativo não, as Câmaras de Vereadores, o Congresso Nacional e nós, a Assembleia Legislativa, podemos conter Executivos, e nós poderíamos evitar muitas coisas erradas que acontecem no Executivo, mas, infelizmente, é uma prática da política brasileira, aonde o Taborda que fala “infelizmente, nossos parlamentos, começando da vereança ao senado, sempre gostam de ficar do lado que a vaca deita”, parece que é um negócio, a maioria de nossos parlamentares, de mirim ao maior, onde é que tem o Executivo que não tenha a maioria? Sempre eles têm a maioria, e é por isso que fica muito difícil a gente responsabilizar e punir rápido um Prefeito ou um Governador ou um Presidente da República. Aqui eu já peço para a nossa Vereadora já ir ali no gabinete que vamos providenciar para você já encaminhar essa questão da passagem do menino.

Quero agradecer o Edvaldo Caires Lima, aqui a Ana Waleska, Dom Moacyr, obrigado, Dom Moacyr, por ter ficado até agora, Dom Moacyr é um homem forte, aguenta o rojão; agradecer o Jonas Mineli, Coordenador Municipal de Políticas, obrigado, Jonas; a Eliete Cabral, nossa companheira, representando o 1º Juizado de Infância e Juventude de Porto Velho; a Cristina Barbosa, representando a juventude organizada; a Vereadora Márcia; Deputado Ribamar Araújo, todos que usaram a palavra aqui; o Samuel; a Ângela, e em nome dela quero cumprimentar todos os Conselheiros aqui, eu gosto da Ângela porque ela é arrojada; obrigado à imprensa, nossos servidores aqui que estão aqui registrando tudo.

Eu tenho certeza, Ana, que esta audiência teve dois pontos aqui que nós estamos fazendo os encaminhamentos que são muito importantes, é essa que o Estado de Rondônia vai dizer lá para o Congresso que nós somos contra 100% qualquer mexida no ECA agora, tem que mexer primeiro em outras coisas, fazer outras políticas, aí sim pode-se discutir o ECA, e essa questão de convocar o Governo para nós enquadrarmos ele aqui no dia 22. E vai estar aqui presente, vai ser na outra terça-feira e vai estar a presença aqui da maioria dos Deputados, que vai ser na Sessão Ordinária do dia 22.10, às 15 horas, aí com certeza vai ser produtivo e com certeza o Governo vai ter que tomar providências rápidas, senão nós vamos procurar a forma de enquadrar ele por estar descumprindo a lei orçamentária, e com um segmento tão importante como é esse, que infelizmente está aí abandonado, sem nenhum tipo de política do Estado.

Obrigado a todos que contribuíram e participaram desta Audiência Pública. Convido vocês todos para um coquetel. Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública, convidando a todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre da Assembleia. Obrigado a todos.

(Encerra-se esta sessão às 13 horas e 57 minutos).

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES**AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA**

Tomada de Preços nº 001/2013/CPL/ALE/RO
Processo Administrativo nº. 00000504/2013-08

A **Superintendência de Compras e Licitações – SCL**, através da Comissão Permanente de Licitação-CPL, torna público que a licitação supracitada tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE AUTOMAÇÃO PREDIAL DA NOVA SEDE DA ALE/RO**, foi declarada **DESERTA** pela segunda vez por ausência de interessados.

Porto Velho – RO, 18 de outubro de 2013.

EVERTON JOSÉ DOS SANTOS FILHO
Presidente da CPL/ALE/RO

CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA**PORTARIA 015/2013/GAB/CA/ALE/RO**

O CORREGEDOR CHEFE DA CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 2º, inciso II, da Lei Estadual nº 1.726/2007, com as alterações introduzidas pela Lei 2.504/2011; Publicados nos DOEs n. 734, de 12.04.2007 e 1758, de 21.06.2011, respectivamente;

E R R A T A

Portaria 012/2013/GAB/CA/ALE/RO, datada em 23.09.13, Publicada no Diário Oficial ALE nº 159, pag. 2408 de 16.10.2013.

Onde se lê: Cadastro nº 100002957

Leia-se: Cadastro nº 100004341

Publique-se.

Porto Velho, 16 de outubro de 2013.

JUAREZ BARRETO MACEDO JUNIOR
Corregedor Chefe

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº1506/2013-SRH/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da Lei Complementar nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve,

N O M E A R:

ANA FATIMA FERNANDES DOS SANTOS, cadastro nº. 100001107 Cargo de Agente de Serviços, lotada no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Cargo em Comissão de Assistente Técnico, código AST-15, da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 15 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº1512/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da Lei Complementar nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve,

N O M E A R:

APARECIDA BENEDITA DA SILVA, cadastro nº. 100005620 Cargo de Agente de Serviços, lotada no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Cargo em Comissão de Assistente Técnico, código AST- 01, do Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 15 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3295/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da Lei Complementar nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve,

DESIGNAR:

O servidor **CALIL MACHADO SANTANA**, cadastro nº 100008062, cargo de Taquígrafo I, lotado na Controladoria, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa

Legislativa, para responder, sem ônus, pelo Cargo de Controlador Geral, no período de 01 a 30 de outubro de 2013.

Porto Velho, 03 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº1507/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da Lei Complementar nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve,

NOMEAR:

HELGA TERCEIRO DE MEDEIROS CHAVES, cadastro nº. 100003038 Cargo de Assistente Técnico Legislativo, lotada no Departamento de Comunicação Social, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Cargo em Comissão de Assistente Técnico, código AST-15, da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 15 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº1508/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da Lei Complementar nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve,

NOMEAR:

JOÃO ALVES XAVIER, cadastro nº. 100004284 Cargo de Assistente Técnico Legislativo, lotado no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Cargo em Comissão de Assistente Técnico, código AST-15, da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 15 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº1511/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos

do Artigo 10 da Lei Complementar nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve,

NOMEAR:

MARIA AUXILIADORA VASCONCELOS, cadastro nº. 100001165 Cargo de Assistente Técnico Legislativo, lotada na Escola do Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Cargo em Comissão de Assistente Técnico, código AST-15, da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 15 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº1509/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da Lei Complementar nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve,

NOMEAR:

MARIA DO SOCORRO MORAES CORREA, cadastro nº. 100009002 Cargo de Assistente Técnico Legislativo, lotada no Departamento Médico, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Cargo em Comissão de Assistente Técnico, código AST-15, da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 15 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº1510/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da Lei Complementar nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve,

NOMEAR:

RAIMUNDO FELÍCIO DO NASCIMENTO, cadastro nº. 100000927 Cargo de Agente de Polícia Legislativa, lotado na Polícia Legislativa, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Cargo em Comissão de Assistente Técnico, código AST-15, da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 15 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral